UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA

GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ALTERNATIVA DE ABORDAGEM E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Belém - PA
2024

GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ALTERNATIVA DE ABORDAGEM E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Ensino de Ciências, sob orientação Profª. Drª. Luciana de Nazaré Farias

Área de concentração: Ensino, Aprendizagem e Formação de professores de Ciências na Amazônia.

Linha de pesquisa: Estratégias educativas para o ensino de Ciências Naturais na Amazônia.

Belém - PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará

C972s Cunha, Gabrielly Cristine Feio

Sequência didática como alternativa de abordagem e prevenção da violência sexual infanto-juvenil nas aulas de Ciências no contexto amazônico / Gabrielly Cristine Feio Cunha. — Belém, 2024.

90f.

Orientadora: Profª. Dra. Luciana de Nazaré Farias

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Pará) - Universidade do Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), 2024.

1. Educação sexual emancipatória. 2. Artefatos lúdicos. 3. Autoproteção. I. Título.

CDD 22.ed. 373.4

Elaborada por Priscila Melo CRB2/1345

GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA

SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ALTERNATIVA DE ABORDAGEM E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Ensino de Ciências, sob orientação Profª. Drª. Luciana de Nazaré Farias.

Área de concentração: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores de Ciências na Amazônia.

Linha de pesquisa: Estratégias educativas para o ensino de Ciências Naturais na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª Luciana de Nazaré Farias
Orientadora – Universidade do Estado do Pará - UEPA
Programa de Pós- graduação em Educação e Ensino de Ciências - PPGEECA

_____

Profª. Drª Jacirene Vasconcelos de Albuquerque
Membro Interno – Universidade do Estado do Pará - UEPA
Programa de Pós- graduação em Educação e Ensino de Ciências - PPGEECA

_____

Prof. Dr. Wilton Rabelo Pessoa
Membro Externo – Universidade Federal do Pará - UFPA
Programa de Pós-Graduação em Docência em Educação em Ciências e Matemática (PPGDOC).

Belém – PA
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado e fortalecido até aqui. Em segundo lugar, minha gratidão é direcionada à minha mãe, Gertrudes Cunha, pessoa que me ensinou a ser quem sou e a nunca desistir dos meus sonhos. É a ela que devo tudo o que estou conquistando e ainda conquistarei futuramente.

Agradeço a minha grande família, que sempre proporcionou o apoio que precisava a cada momento, em especial aos meus tios, Angelina Cunha e Antônio Gonçalves, e minha prima/irmã, Ana Carolina Gonçalves. Todos são peças fundamentais para meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço a meu companheiro Lucas Franco, a quem tenho como pessoa para compartilhar a vida, as histórias e, também, as etapas e desafios do mestrado. Nos apoiamos um em cada área, aprendendo juntos. Sem seu apoio e suporte, o processo seria mil vezes mais difícil.

Agradeço aos meus amigos, conhecidos antes ou durante o mestrado, que sempre estiveram ao meu lado e me proporcionam o conforto e apoio em todos os momentos. Obrigada por cada risada, história, lanche, brincadeira e revoltas, lágrimas e superações que já passamos juntos.

Por fim, agradeço à coordenação, professores e funcionários do PPGEECA, aqueles que encorajam e ajudam a nossa formação profissional e pessoal. Em especial à professora Drª Luciana Farias, minha orientadora, de quem sempre recebi palavras de carinho e impulso, mas sem deixar de orientar pelo melhor caminho.

A todos, o meu grande e carinhoso obrigada!

EPÍGRAFE

Crianças não ficam traumatizadas porque se machucam, elas se traumatizam porque ficam sozinhas com o machucado (MATÉ, Gabor).

MEMORIAL DE FORMAÇÃO

No decorrer do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade do Estado do Pará, tive a oportunidade de participar do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Durante o projeto, desenvolvi meu olhar ao ensino e aprendizagem, produzindo trabalhos, viajando para apresentá-los em seminários e, principalmente, quebrando a timidez ao auxiliar o professor supervisor em sala de aula. No entanto, o ponto principal da experiência centrou-se na percepção de que muitas temáticas extremamente importantes para o desenvolvimento crítico dos alunos eram pouco abordadas em sala de aula.

Em uma reunião de planejamento, o professor supervisor do projeto compartilhou suas experiências ao desenvolver uma oficina sobre sexualidade com suas turmas e, em determinado momento, uma de suas alunas pediu ajuda, pois, através da abordagem, percebeu que sofria violência sexual em casa. Desse momento em diante, refleti sobre a proximidade em que esse tipo de violência está dos nossos alunos e como nós, professores, por vezes nos abstemos da responsabilidade que nos é dada por lei como parte da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Tal qual descreve Freire (2004), os métodos de ensino estão condicionados a uma modelo bancário e acabamos nos distanciando de proporcionar uma educação crítica e reflexiva aos nossos alunos, propiciando que fiquem mais vulneráveis à sofrer violências. Após esse "estalo" para a temática, busquei me aprofundar nas leituras sobre ela e nas formas em que o professor pode atuar a fim de dirimir a sua incidência.

Meu trabalho de conclusão de curso foi baseado em uma pesquisa sobre a percepção de docentes quanto à violência sexual infanto-juvenil e a necessidade de inclusão de temáticas como essa na formação inicial. Percebi que a maior dificuldade dos docentes consiste em não saber como abordar esse tema com os alunos sem tornar a experiência constrangedora. Dessa forma, segui no mestrado em busca de desenvolver estratégias educativas que possibilitem tal abordagem.

As vivências no PPGEECA me levaram a refletir profundamente sobre minha prática docente. Percebi a importância de criar espaços seguros e acolhedores para o diálogo, onde os alunos possam expressar suas dúvidas, receios e percepções sem medo de julgamento. Também entendi que estratégias pedagógicas criativas e acessíveis, como o uso de recursos lúdicos, são fundamentais para facilitar a abordagem de temas sensíveis e engajar os estudantes de maneira

significativa. Além disso, tive a oportunidade de participar de eventos regionais e nacionais para compartilhar experiências de abordagem da temática em sala de aula.

O mestrado mostrou-se essencial para que eu pudesse aprimorar minha abordagem pedagógica e enfrentar os desafios inerentes ao ensino de temas sensíveis, como a violência sexual infanto-juvenil. O aprofundamento teórico e metodológico adquirido ao longo do mestrado fortaleceu minha capacidade de planejar estratégias didáticas mais eficazes, tornando o ambiente de aprendizagem mais acolhedor e reflexivo. Percebi que a atualização constante e o intercâmbio de experiências com outros profissionais da educação são fundamentais para lidar com a complexidade da temática de forma ética, respeitosa e assertiva.

O desenvolvimento das etapas da sequência didática junto aos alunos foi um processo desafiador, principalmente pela delicadeza do assunto abordado. Criar um espaço de confiança exigiu sensibilidade para compreender as diferentes reações e experiências dos estudantes, garantindo que se sentissem seguros para participar das discussões. No entanto, essa jornada também foi extremamente gratificante. Aos poucos, percebi a construção de um diálogo mais aberto e respeitoso, no qual os alunos se sentiam encorajados a expressar suas dúvidas e reflexões. Esse engajamento demonstrou a relevância de uma abordagem pedagógica cuidadosa e embasada, capaz de promover conscientização e fortalecimento na comunidade escolar.

RESUMO

CUNHA, Gabrielly Cristine Feio. **Sequência Didática como alternativa de abordagem e prevenção da Violência Sexual Infanto-Juvenil nas aulas de Ciências no Contexto Amazônico**. 2024. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2024.

A Violência Sexual Infanto-Juvenil (VSIJ) é considerada um problema de saúde pública pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo caracterizada como crime hediondo na legislação brasileira. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a escola deve exercer legalmente seu papel no combate a essa violência, no entanto, o assunto é pouco ou nunca abordado em sala de aula. Por esse motivo, a presente pesquisa objetivou propor uma Sequência Didática como forma de prevenção à VSIJ em salas de aula de uma escola da rede básica de ensino localizada na cidade de Belém. E, como objetivos específicos, analisar as limitações e potencialidades de estratégias educativas sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto amazônico; desenvolver recursos didáticos lúdicos que favoreçam a interatividade e dialogicidade; e elaborar um Guia Didático-Instrucional para abordar o tema com estratégias aplicáveis em sala de aula. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo do tipo exploratória descritiva e o método de investigação foi baseado nos princípios da Pesquisa Narrativa. O processo metodológico aconteceu por meio da abordagem pedagógica de Sequência Didática (SD) e foi dividida em três encontros: o primeiro com a utilização de curtas-metragens sobre a temática para inserção do tema; o segundo com roda de leitura de HQs do tema e produção de tirinhas pelos alunos; e o último com a aplicação de uma adaptação do jogo "Trilha da Proteção". Os instrumentos de coleta de dados consistem em questionário semiestruturado com perguntas abertas, caixa de perguntas para manter o anonimato durante as atividades por ser um tema sensível e a produção das tirinhas. Também foram utilizados como método adicional, a observação participante com diário de campo e gravações de áudio. Os resultados evidenciaram o alto potencial de interatividade e dialogicidade proporcionado pelo uso de artefatos lúdicos na abordagem da VSIJ. A SD mostrou-se eficaz para criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor, permitindo que os alunos participassem de forma ativa e reflexiva sobre um tema tão sensível. A relevância de tratar desse assunto ficou ainda mais evidente diante do fato de que a grande maioria dos estudantes não havia recebido orientações de autoproteção anteriormente e demonstrava receio em discutir a temática, evidenciando a necessidade de uma educação sexual emancipatória. Dessa forma, é fundamental criar e implementar estratégias de abordagem mais sistemáticas e acessíveis, capazes de contribuir para a redução da alta incidência desses casos. Somente com educação, diálogo aberto e sensibilização contínua será possível construir uma sociedade mais segura e protetiva para as crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação sexual emancipatória. Artefatos lúdicos. Autoproteção.

ABSTRACT

CUNHA, Gabrielly Cristine Feio. **Didactic Sequence as an alternative approach to preventing child and adolescent sexual violence in science classes in the Amazon context**. 2024. 87 p. Dissertation (Master of Science Education and Teaching in the Amazon), State University of Pará, Belém, 2024.

Child and Adolescent Sexual Violence (CYSV) is considered a public health problem by the United Nations (UN) and is a heinous crime under Brazilian law. According to the Statute of the Child and Adolescent (ECA), the school must legally play its role in combating this violence, however the subject is rarely or never addressed in the classroom. For this reason, this research aimed to propose a Didactic Sequence as a way of preventing CYSV in the classrooms of an elementary school located in the city of Belém. And, as specific objectives, to analyze the limitations and potential of educational strategies on the theme of sexual violence against children and adolescents in the amazonian context; develop didactic resources that favor interactivity and dialog; and to develop a Didactic-Instructional Guide to address the topic with strategies applicable in the classroom. The research methodology is qualitative, exploratory and descriptive, and the research method was based on the principles of Narrative Research. The methodological process took using the Didactic Sequence (DS) pedagogical approach and will be divided into three meetings: the first with the use of short films on the subject to introduce the topic; the second with a reading circle of comics on the subject and the production of comic strips by the students; and the last with the application of an adaptation of the game "Trail of Protection". The data collection instruments consists of a semi-structured questionnaire with open-ended questions, a question box to maintain anonymity during the activities because it is a sensitive topic, and the production of the comic strips. Participant observation with a field diary and audio recordings were also used as an additional method. The results showed the high potential for interactivity and dialog provided by the use of playful artifacts in the CYVS approach. The DS proved to be effective in creating a more welcoming learning environment, allowing students to participate actively and reflectively on such a sensitive topic. The relevance of dealing with this subject was even more evident given the fact that the vast majority of students had not previously received self-protection guidelines and were afraid to discuss the issue, highlighting the need for emancipatory sex education. Therefore, is essential to create and implement more systematic and accessible strategies to help reduce the high incidence of these cases. Only through education, open dialogue and continuous awareness-raising will it be possible to build a safer and more protective society for children and adolescents.

Keywords: Emancipatory sex education. Playful artifacts. Self-protection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Construção histórica dos direitos da criança e do adolescente 18
Figura 2: Número de casos de estupro e estupro de vulnerável de acordo com a faixa etária 22
Figura 3: Triângulo sintetizando as bases da Educação Sexual Emancipatória 31
Figura 4: Elementos fundamentais de análise na Pesquisa Narrativa 35
Figura 5: Perspectivas de análise da experiência do participante 36
Figura 6: QR code e link para acesso a todos os materiais usados na Sequência Didática 40
Quadro 1: Descrição das etapas da SD em cada encontro 41
Figura 7: Esquematização do roteiro de realização do Grupo Focal 49
Quadro 2: Respostas ao questionário de diagnose 51
Figura 8: Percepção dos alunos sobre limites corporais na dinâmica de semáforo 53
Figura 9: Percepção diferenciada de alunos na dinâmica do semáforo 54
Figura 10: Momento da transmissão dos curtas-metragens 56
Figura 11: Esquema das situações apresentadas aos alunos em que a VSIJ pode acontecer 58
Figura 12: Exemplos de tirinhas criadas pelos alunos na perspectiva informacional 63
Figura 13: Exemplos de tirinhas criadas pelos alunos na perspectiva situacional 64
Figura 14: Aplicação do jogo “Trilha da Proteção” com a turma 65
Figura 15: Capa do Produto Educacional 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	–	Base Nacional Comum Curricular
CEDIN	–	Centro Marista de Defesa da Infância
CEP	–	Comitê de Ética em Pesquisa
CREAS	–	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
ES	–	Educação Sexual
GF	–	Grupo Focal
ISTs	–	Infecções Sexualmente Transmissíveis
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PE	–	Produto Educacional
PN	–	Pesquisa Narrativa
RMB	–	Região Metropolitana de Belém
SD	–	Sequência Didática
TALE	–	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	–	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VSIJ	–	Violência Sexual Infanto-Juvenil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **15**
2 REFERENCIAL TEÓRICO **17**
2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO AMAZÔNICO **17**
2.1.1 Contextualização histórica da Violência Sexual Infanto-Juvenil e seus aspectos jurídicos **17**
2.1.2 Vulnerabilidade da Região Amazônica para casos de Violência Sexual Infanto-Juvenil **23**
2.2 EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA COMO PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL **26**
2.2.1 Educação Libertadora de Paulo Freire **26**
2.2.2 Educação Emancipatória de Marcuse **28**
2.2.3 Construção de uma Educação Sexual Emancipatória baseada em Freire e Marcuse **30**
2.2.4 Educação Sexual Emancipatória e a ludicidade **32**
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **34**
3.1 TIPO DE PESQUISA **34**
3.2 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA **36**
3.3 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS **37**
3.4. METODOLOGIA DO PRODUTO EDUCACIONAL **39**
3.4.1 PRIMEIRO ENCONTRO: Diagnose e uso de curtas-metragens **42**
3.4.2 SEGUNDO ENCONTRO: Leitura de HQs e produção de tirinhas **45**
3.4.3 TERCEIRO MOMENTO: Jogo "Trilha da Proteção" **46**
3.4.4 Validação *a priori* **47**
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO **51**
4.1 DIAGNOSE DE CONHECIMENTOS PRÉVIOS **51**
4.2 RODA DE CONVERSA SOBRE AUTOPROTEÇÃO E VSIJ **55**
4.3 TRABALHANDO COM HQS **59**
4.4 MECANISMOS DE DENÚNCIA PELA "TRILHA DA PROTEÇÃO" **65**
5 PRODUTO EDUCACIONAL **68**
5.1 ORGANIZAÇÃO DO PE **68**
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **71**

REFERÊNCIAS **73**
ANEXOS **80**
ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIAL DO CEP **80**
ANEXO B: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) **81**
ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) **85**
APÊNDICES **88**
APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS INICIAL **88**
APÊNDICE B: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS FINAL **89**

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual infanto-juvenil (VSIJ) é uma das formas mais repugnantes de violação dos direitos humanos, caracterizada como qualquer ato que cause dados físicos, morais ou psicológicos à vítima e sua efetividade não se restringe a necessidade de contato físico direto (Brasil, 1990). Esse fenômeno transcende fronteiras geográficas, culturais e socioeconômicas, afetando vítimas em todo o mundo, sendo, por isso, considerado um grave problema de saúde pública pela Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com os documentos e tratados internacionais, essa forma de violência é reconhecida como uma afronta aos princípios fundamentais de dignidade, integridade e liberdade desses jovens em fase de desenvolvimento. A definição adotada pela ONU engloba diversas manifestações de violência sexual, como abuso físico, exploração sexual comercial, tráfico de crianças para fins sexuais, pornografia infantil, casamento forçado e outras práticas similares (Gomes, 2021).

Combater a violência sexual infantil é de caráter interdisciplinar e todas as esferas da sociedade tem a obrigação por lei de ajudar. Enquanto parte integrante da rede de proteção à criança e ao adolescente, a escola desempenha um papel fundamental no combate a essa violência. No contexto amazônico, existem desafios adicionais que podem contribuir para a ocorrência e perpetuação dessa violência, por isso é fundamental que sejam implementadas medidas eficazes de prevenção e proteção das crianças e adolescentes no local em que elas mais convivem fora de casa: a escola (Ribeiro; Coimbra; Leme, 2019).

O ensino de ciências pode atuar diretamente nessa frente ao trabalhar, por exemplo, é possível inserir o assunto a partir de uma educação sexual saudável e abrangente. Ao fornecer informações precisas e adequadas sobre sexualidade, consentimento e limites pessoais, é possível desenvolver uma discussão que possibilite a autoproteção, conscientização e rompimento do silêncio (Damasceno; Brito; Silva, 2024). A partir disso, a escola constitui seu dever social de proteção às crianças e adolescentes a partir de uma educação libertadora.

Com base no exposto, evidencia-se que a convivência regular com a escola e os professores possibilita que esses se tornem uma ponte imprescindível para a descoberta de casos (Santos *et al.*, 2018). No entanto, a grande maioria dos professores não conseguem traçar estratégias para debater o tema em sala de aula, seja por falta de preparação, pouco conhecimento sobre a temática ou receio por ser um assunto ainda considerado tabu (Thiengo; Silva, 2019).

Por esse motivo, busca-se responder o seguinte problema: Que estratégias educativas podem ser utilizadas para realizar a abordagem do tema Violência Sexual Infanto-Juvenil em aulas de Ciências? A partir disso, desenvolvem-se as seguintes questões norteadoras: Qual o potencial interativo e dialógico da utilização de recursos didáticos lúdicos na abordagem do tema Violência Sexual Infanto-Juvenil? E quais as contribuições de uma sequência didática envolvendo recursos lúdicos para interatividade e dialogicidade sobre o tema da violência infanto-juvenil?

Com base no exposto, a presente pesquisa tem o objetivo geral de investigar uma Sequência Didática sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes em salas de aula de uma escola da rede básica de ensino. E, como objetivos específicos, analisar as limitações e potencialidades de estratégias educativas sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto amazônico; desenvolver uma sequência didática envolvendo recursos didáticos lúdicos que favoreçam a interatividade e dialogicidade; e elaborar um Guia Didático-Instrucional para abordar o tema com estratégias aplicáveis em sala de aula.

Diante da relevância do tema e do papel fundamental do professor na identificação e no combate à VSIJ, a próxima seção será dedicada à revisão da literatura, abordando desde os aspectos específicos dessa violência – suas características, impactos e desafio – até a construção de uma educação sexual emancipatória. Essa abordagem visa fornecer subsídios teóricos e práticos que possam fortalecer a autoproteção infanto-juvenil, promovendo um ambiente mais seguro e consciente dentro e fora da escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentamos a base teórica que fundamenta a pesquisa, articulando discussões sobre a VSIJ no contexto amazônico e a educação emancipatória como estratégia de prevenção. Inicialmente, no **tópico 2.1**, discorremos sobre a violência sexual infanto-juvenil, abordando sua contextualização histórica, os aspectos jurídicos que a circundam e as condições de vulnerabilidade específicas da Região Amazônica que favorecem sua incidência.

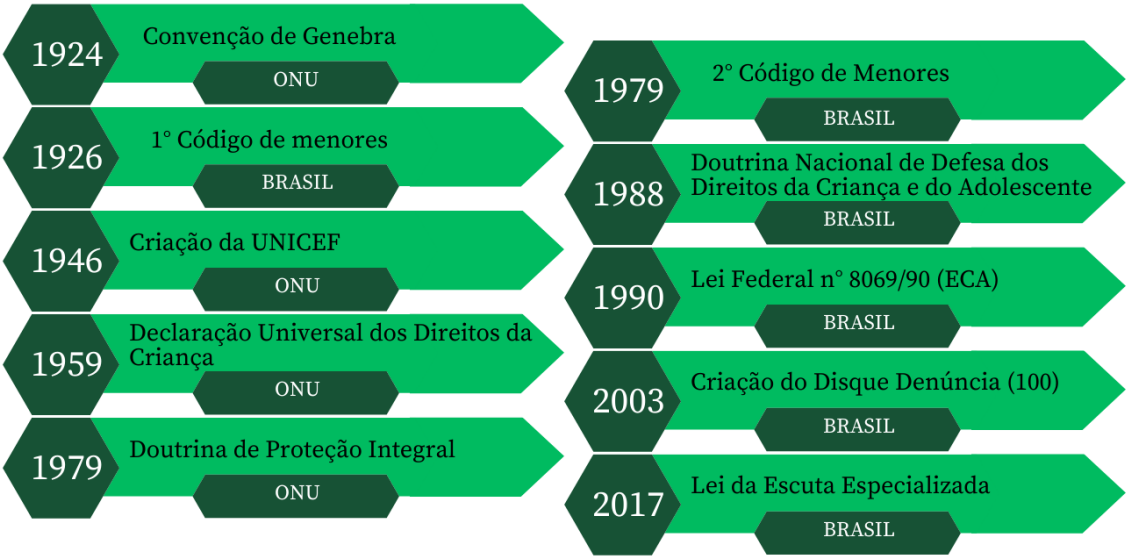
Em seguida, no **tópico 2.2**, exploramos a educação emancipatória como ferramenta de prevenção, embasando a discussão nas concepções pedagógicas de Paulo Freire e Herbert Marcuse. Foram analisadas as contribuições da educação libertadora e emancipatória para a construção de uma educação sexual crítica e consciente, destacando a importância da ludicidade como estratégia metodológica para promover a autoproteção de crianças e adolescentes.

2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO AMAZÔNICO

2.1.1 Contextualização histórica da Violência Sexual Infanto-Juvenil e seus aspectos jurídicos

A construção histórica dos direitos da criança e do adolescente (Figura 1) começou mundialmente em 1924 com a realização do Conselho de Genebra pela ONU, o que levou ao Brasil desenvolver o 1° Código de Menores, em 1926 (Oliveira; Papali; Aquino, 2022). Após isso, a ONU criou o Fundo das Nações Unidas para a Infância, elaborou a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabeleceu a Doutrina de Proteção Integral a esse grupo (Silva; Torres, 2022).

Figura 1: Construção histórica dos direitos da criança e do adolescente.



Fonte: Autoria própria.

O Brasil só volta a atualizar sua legislação para esse grupo em 1979, com o 2° Código de Menores que, após a nova Constituição Federal de 1988, é reformulado e atualizado para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde então, novos recursos e leis, como o Disque 100 e a Lei da Escuta Especializada, foram sendo criados no intuito de proteger e amparar os direitos da criança e do adolescente (Silva; Torres, 2022).

A Lei da Escuta Especializada (Lei n° 13.431, de 4 de abril de 2017) representa um grande passo no processo de acolhimento integral de crianças e adolescentes, em vista de evitar ao máximo a revitimização[1] da vítima (Brasil, 2017). Ela se classifica como todo o conjunto integrado de interações que se tem com a vítima para acolhimento, tratamento de urgência e proteção integral (Childhood Brasil, 2023).

A escuta pode ser realizada por qualquer profissional atuante nas instituições que compõem a rede de proteção integral à criança e ao adolescente, tais como órgãos de saúde, assistência social e educação (Brasil, 2017). A escuta deve ser realizada a partir do estímulo à narrativa livre da vítima, sem perguntas diretivas, associado à descrição escrita detalhada do momento da revelação espontânea (Childhood Brasil, 2023).

A realizada a escuta especializada, o relato deve ser encaminhado aos órgãos posteriores integrados à rede de proteção para investigação e julgamento do caso de acordo com o tipo de

[1] Ato de a vítima narrar inúmeras vezes os fatos de violência ocorridos para diversos atores sob terminologias distintas: “escuta especializada”, “escuta qualificada”, na oitiva das unidades policiais e no depoimento especial (Childhood Brasil, 2023).

violência. No caso do Estado do Pará, o órgão que recebe para atendimento das vítimas é a Fundação ParáPaz, a qual foi desenvolvida pelo governo estadual no intuito de integrar várias instituições (saúde, escola, família, segurança...) na promoção de políticas públicas para combater a violência e a exclusão social (Ramirez, 2021).

No âmbito jurídico brasileiro, o ECA define a violência sexual como uma séria afronta aos direitos, estabelecendo normas específicas para prevenir, punir e oferecer suporte às vítimas (Brasil, 1990). O ECA ressalta a relevância da proteção integral, levando em conta o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes, e atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de promover e garantir a defesa de seus direitos.

Importante destacar que, no Brasil, determinadas formas de violência sexual são diferenciadas de acordo com o grupo no qual a vítima se enquadra. No caso do estupro, por exemplo, crianças e adolescentes (até 14 anos) se enquadram no "estupro de vulnerável". Porém, Bitencourt (2021) descreve que há uma ampla discussão sobre qual seria o melhor conceito aplicável de vulnerabilidade, visto que o legislador pode reconhecer a vulnerabilidade para uma vítima menor de 18 anos.

> São considerados vulneráveis: **a) Os menores de 14 anos** (...). **b) As pessoas portadoras de enfermidades ou deficiência mental, que não tenham o necessário discernimento para a prática do ato** (...). **c) As pessoas que, por qualquer outra causa, não podem oferecer resistência**. (Gonçalves, 2023, p. 594–595).

Da mesma forma que ocorre para a concepção de vulnerabilidade, não existe um conceito fixo sobre o que seria a violência sexual, mas existe um certo consenso entre os autores como sendo um ou mais atos que violem sexualmente uma criança ou adolescente, podendo ou não ter contato físico. Ela representa um espectro amplo, onde estão incluídos a exploração e o assédio sexual, também sendo descrita como sinônimo de abuso sexual infanto-juvenil (Brasil, 2021).

De acordo com o Art. 4 da Lei da Escuta Especializada o abuso sexual e a exploração sexual são subtipos do gênero violência sexual, tal como o tráfico de pessoas (Brasil, 2017). No entanto, algumas literaturas trabalham a exploração como uma esfera do abuso, pois o menor também é corrompido sexualmente, com a diferença de incluir um viés monetário (Campos; Urnau, 2021).

O abuso sexual engloba uma série de condutas em que o agressor utiliza o menor para satisfazer seus próprios desejos sexuais, podendo incluir tanto ações físicas quanto comportamentais. Entre os principais abusos físicos estão o toque ou acariciamento das partes

íntimas, a prática de sexo oral, vaginal ou anal, a masturbação da criança ou a indução para que ela realize tal ato no abusador. Já os abusos de natureza comportamental envolvem a exposição a pornografia, imagens de adultos nus em poses eróticas, ou o abusador se despindo com a intenção de provocar excitação no menor (Brasil, 2021; Sanches *et al.*, 2019).

Quando a motivação das ações possui viés monetário, faz parte do espectro da exploração sexual, normalmente havendo a presença de um aliciador. Ela pode ocorrer sem contato físico, através da venda de imagens da vítima despida, ou por meio da produção de vídeos pornográficos, turismo sexual ou fazer com que o menor tenha relações sexuais com terceiros para fins lucrativos. Importante ressaltar que a utilização do termo prostituição nesse caso é incorreta, pois trata-se de um menor de idade (Brasil, 2021).

É cabível ressaltar que a exploração sexual também pode ocorrer em decorrência do tráfico de pessoas de forma internacional ou nacional. Em destaque, dispõe-se que se a vítima aliciada é vulnerável (nesse caso a idade considerada é de 0 a 18 anos) ou se o agente ativo possui obrigação de cuidado, proteção e vigilância (como familiares e responsáveis legais), a pena é aumentada (Bitencourt, 2018).

Da mesma forma, o assédio sexual infanto-juvenil é um tipo de abuso sexual e consiste no ato de constranger uma criança ou adolescente através de ações libidinosas por abuso de poder e/ou como exigência de concessões sexuais (Bitencourt, 2021). Nesse sentido, existem diversificadas formas as quais crianças e adolescentes podem ser vítimas de violência sexual e nem todas são bem conhecidas pela sociedade (Brasil, 2021).

A VSIJ pode ser classificada como intrafamiliar e extrafamiliar, sendo a primeira responsável pela maioria dos casos registrados (Brasil, 2021). A violência intrafamiliar ocorre no âmbito da família, onde os abusos são cometidos por pessoas próximas, como pais, padrastos, mães, irmãos, tios ou avós. Essa proximidade torna a situação ainda mais complexa e grave, dada a relação de confiança e dependência existente nesse contexto.

Essa modalidade da violência é especialmente insidiosa, uma vez que ocorre dentro do círculo de confiança e proteção que deveria ser o alicerce para o saudável desenvolvimento emocional e psicológico das crianças e adolescentes. A relação de proximidade com os agressores cria barreiras adicionais para as vítimas, que muitas vezes enfrentam o medo, a vergonha e a lealdade conflituosa à própria família ao lidar com a revelação dos abusos.

A violência sexual extrafamiliar contra crianças e adolescentes diz respeito a casos em que os abusos acontecem fora do núcleo familiar, envolvendo agressores sem laços

consanguíneos com as vítimas. Nesse cenário, os abusadores podem ser pessoas conhecidas, como vizinhos, amigos da família, professores, integrantes de instituições religiosas, entre outros.

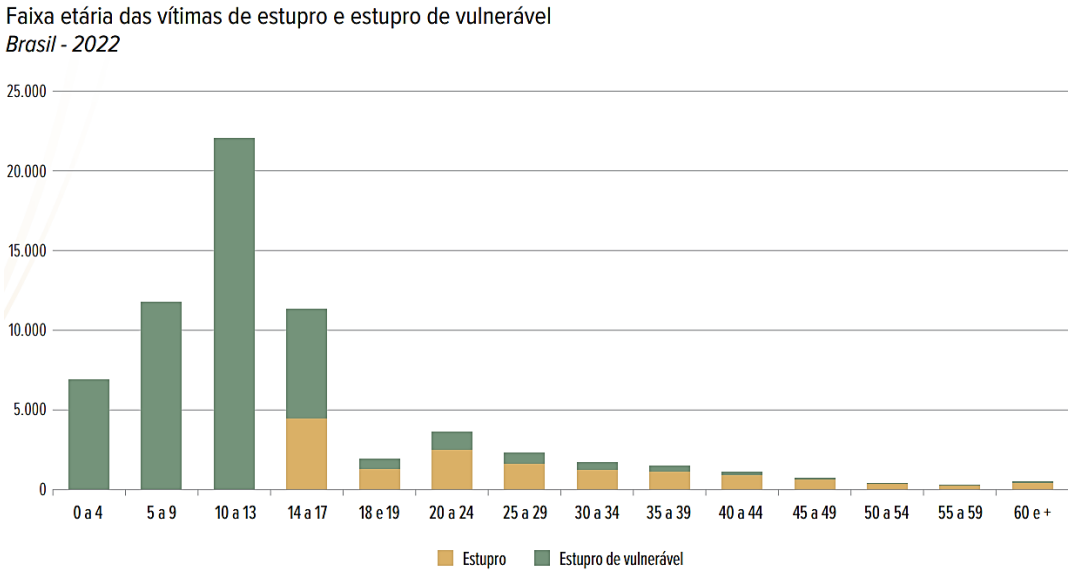
Essa forma de violência acrescenta uma camada de complexidade, uma vez que as vítimas muitas vezes enfrentam desafios adicionais ao identificar e relatar os abusos. O receio de não serem acreditadas e o medo de retaliação podem dificultar a busca por ajuda, contribuindo para que os agressores permaneçam impunes por mais tempo. A modalidade pode ocorrer em diversos contextos em que os agressores, muitas vezes, se aproveitam da confiança depositada neles ou utilizam posições de autoridade para cometer os abusos.

Para Bitencourt (2021), independente da modalidade de VSIJ, deve-se desenvolver um processo investigativo que possa dirimir ao máximo a possibilidade de vitimização secundária, ou seja, que o vulnerável volte a ser violado. Para tal, é necessária a articulação de diversos profissionais, principalmente aqueles ligados ao acolhimento e escuta da vítima (assistentes sociais, psicólogos etc.). O autor ainda destaca que, para maior proteção psicológica, seria ideal que se adaptassem os métodos tradicionais de inquérito e que houvesse uma sala envidraçada paralela à de audiência para realizar a escuta do depoimento sem pressionar o menor.

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, mais de meio milhão de pessoas foram vítimas de violência sexual na última década. Somente no último ano, foram registradas 74.930 ocorrências de estupro, das quais 56.820 envolveram vítimas vulneráveis, seja por terem menos de 14 anos ou por não possuírem condições de consentir. Contudo, devido à subnotificação, calcula-se que apenas 8,5% dos casos são oficialmente reportados, o que resulta em uma estimativa de 822 mil casos de violência sexual por ano no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Quanto ao perfil das vítimas, um dos principais dados consiste na faixa etária mais afetada ser entre 10 e 13 anos (Figura 2), momento no qual representa a puberdade e surgimento das características sexuais físicas mais específicas. Quanto a outros dados importantes, se tratando do sexo da vítima, em quase 89% dos casos a vítima era uma mulher/menina e em quase 83% o autor da violência era alguém conhecido da vítima; porém, para as vítimas de até 13 anos, em 64,4% dos casos o abusador era um familiar (Bueno *et al.*, 2023).

Figura 2: Número de casos de estupro e estupro de vulnerável de acordo com a faixa etária.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023-).

Devido ao alto número de casos, foi criada em 2009 a campanha **"Faça Bonito"** como iniciativa nacional para combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, promovida pela Rede Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria com diversos órgãos governamentais e não governamentais (Sousa, 2022). A campanha busca mobilizar a população para assumir a responsabilidade de proteger os mais jovens contra abusos e explorações sexuais.

Criada em memória do caso Araceli, ocorrido em 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória/ES, a campanha adotou a data como dia oficial, onde diversas regiões do país se unem promovendo ações de conscientização, denúncia de casos de violência e reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes nesse sentido (Araujo; Lima, 2023). A tragédia chamou a atenção da sociedade para a necessidade de proteção efetiva às crianças e adolescentes. No entanto, devido a falhas nas investigações e à falta de responsabilização adequada, o caso se tornou um exemplo de como crimes contra crianças podem ser silenciados ou negligenciados.

Por conta de sua relevância, a data de 18 de maio foi escolhida como o **Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, instituído pela Lei nº 9.970/2000 (Brasil, 2021). A data é um convite para reflexão e mobilização social, promovendo a conscientização sobre a importância de prevenir e combater a violência sexual. Hoje, o caso serve como um símbolo para ações educativas, campanhas de denúncia e

iniciativas de apoio às vítimas, com o objetivo de construir uma sociedade que priorize a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes.

2.1.2 Vulnerabilidade da Região Amazônica para casos de Violência Sexual Infanto-Juvenil

A Região Amazônica enfrenta desafios singulares no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. A distância dos centros urbanos ou periferização de bairros e a falta de estratégias eficazes de vigilância e proteção também podem contribuir para a impunidade dos agressores, já que muitas vezes essas áreas podem ser negligenciadas em termos de presença policial e assistência jurídica (Ribeiro; Coimbra; Leme, 2019).

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) em 2019, demonstram que os estados com maiores índices dessa violência no país são da região norte: Amapá, Pará e Amazonas (IBGE, 2021). Segundo Santos et al. (2022), no Pará, a Região Metropolitana de Belém (RMB) é a detentora de maior parte das denúncias (65,5%), seguida das cidades da região nordeste (23,8%) e do Marajó (10,9%).

Tendo em vista que a região amazônica apresenta os estados com maior índice de casos de VSIJ devido sua maior vulnerabilidade tanto de viés geográfico e econômico quanto cultural, participantes da pesquisa de Margotti e Lima (2020) sobre a incidência de depressão em vítimas infantis de abuso sexual na cidade de Belém-PA eram oriundas ou residentes da área urbana. Santos et al. (2022) também reafirma esse fato ao aliar com o aumento do número de casos durante a pandemia da COVID-19, apontando que o alto índice é reflexo de a capital possuir densidade populacional maior.

A quantidade de casos que são denunciados, principalmente nos interiores, não reflete o verdadeiro cenário, isso porque a densa extensão territorial e, principalmente, por essa violência ter sido naturalizada na construção cultural da região (Ribeiro; Coimbra; Leme, 2019). Outro ponto importante consiste na luta contra a VSIJ na região ser profundamente influenciada por uma estrutura cultural patriarcal.

Lima (2022) descreve, essa construção social na Amazônia, assim como em muitas outras regiões, perpetua normas de gênero que reforçam a desigualdade e o poder predominantemente masculino. Para a autora, as normas contribuem para a invisibilidade e

normalização da violência sexual, silenciando as vítimas e as desencorajando a denunciar os abusos por medo de represálias, estigma social ou falta de apoio.

A **cultura do silêncio** é uma prática dos lares com abuso intrafamiliar de diversos contextos, onde a vítima é ameaçada/manipulada a não contar o que ocorre por diversas razões dadas pelo abusador. Considerando que a maior porcentagem de casos é com vítimas do sexo feminino e o abusador sendo a figura masculina da residência onde mora, o silêncio vem a partir da insegurança econômica (abusador é provedor financeiro), medo de ser desacreditada ou de "destruir" a família (Lyra; Silva, 2018). Isso pode acontecer com o abusador sendo do vínculo familiar direto da vítima ou atuando como aliciador.

Gomes e Aviz (2019) fazem uma análise do caso das "balseiras", meninas que sofrem exploração sexual nas balsas de travessia no município Melgaço-PA, de forma a explicitar como a falta de perspectiva econômica dos pais faz com que a criança seja subjugada a tal situação. É nesse sentido que Fernandez e Silva (2020), descrevem que a violência sexual infanto-juvenil é o abuso de poder de um indivíduo sobre o menor e esse poder pode ser familiar ou atingir esferas maiores.

De forma semelhante, Fernandez, Tavares e Pinheiro (2016) explicitam outra forma de abuso de poder como ferramenta para a violência sexual realizado por figuras políticas. Os autores citam um caso de abuso sexual infanto-juvenil feito por um prefeito de um município do Amazonas e reafirmam a negligência do Estado com relação a essa problemática através da dificuldade na aprovação de leis que amparem e protejam de forma mais eficaz as crianças e adolescentes.

Tal negligência, para o caso da violação sexual infanto-juvenil, também é associada ao grande tabu imposto a essa discussão. Gomes e Aviz (2019) abordam essa perspectiva em seus estudos em uma cidade da Ilha do Marajó-PA, relatando que a naturalização dessa violência afeta até mesmo a ação dos órgãos responsáveis especialmente pela proteção da criança e do adolescente, como o Conselho Tutelar.

Isso ocorre porque a falta de acesso a políticas públicas eficientes e ensino de qualidade influenciam diretamente a perpetuação dessa prática. É nesse contexto que Cacau, Oliveira e Silva (2021) exploram a relação entre os movimentos sociais e a mudança nas políticas públicas na educação em prol do combate ao abuso sexual. Essa articulação da sociedade civil é fundamental para a legitimação da problemática na forma de políticas públicas (Cacau;

Oliveira; Silva, 2021). No entanto, para que ocorra tal mobilização, é necessário que a população tenha pleno conhecimento de seus direitos enquanto cidadãos.

Em paralelo, Fernandez e Silva (2020), analisam a atuação do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) com crianças e adolescentes que já foram vítimas de abuso sexual e como o órgão promove ações de conscientização dos seus direitos. No entanto, mesmo sendo uma atitude extremamente importante para com as vítimas, é importante pensar que se elas já soubessem disso antes da violação, poderiam ser capazes de pedir ajuda antes que ocorresse o ato.

É impossível dissociar a educação do cenário social o qual o aluno está inserido, principalmente ao levar em consideração que quanto mais distante dos grandes centros urbanos a escola está localizada, mais precário tende a ser o ensino. Essa precariedade nas políticas públicas educacionais, como descreve Cunha et al (2023), pode gerar outras formas de violência sexual a partir da migração do interior para as capitais em busca de melhores oportunidades de vida.

Na busca de uma perspectiva de melhoria de vida, muitas crianças e adolescentes são mandadas de suas casas no interior para morar com familiares em grandes centros urbanos, as chamadas “crias de família” (Castro, 2017). Muitas vezes o menor, normalmente menina, se envolve com o acolhedor, engravida e se une como família, sendo mais uma das formas naturalizadas de abuso sexual.

A gravidez na adolescência em decorrência de violência sexual é uma problemática existente a muito tempo na sociedade, seja por casos como o das “crias de família”, estupros por desconhecido ou, em algumas culturas, o pai da criança ter que ser a primeira relação sexual da filha. Como exemplificação na região amazônica, em Rio Branco – AC, dos 607 casos de gravidez recorrente de violência sexual ocorridos no período de 2011 a 2016, 499 foram com vítimas de 10 a 14 anos e 84 de 15 a 19 anos (Cargnin *et al.*, 2021).

É relevante destacar que o Brasil possui o maior índice de casamento infantil na América Latina e ocupa a quarta posição mundial nesse ranking (Cargnin *et al.*, 2021). O casamento e a gravidez precoce impactam diretamente na evasão escolar, um problema que também é agravado pela omissão das instituições de ensino. Muitas escolas deixam de cumprir seu papel social de proteção ao não denunciar casos de violação ou por não incentivar os jovens a conhecerem e reivindicarem seus direitos, além de compreenderem seus limites.

2.2 EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA COMO PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

A Educação Sexual (ES) é um processo educativo que visa fornecer conhecimentos, habilidades, valores e atitudes relacionados à sexualidade humana de maneira abrangente e holística (Correia, 2023). Este tipo de educação não se limita apenas à transmissão de informações biológicas sobre reprodução e anatomia, mas também aborda questões emocionais, sociais, éticas e culturais relacionadas ao tema (Hommerding; Pereira; Calça, 2023).

Implementar a Educação Sexual enfrenta diversos obstáculos, e essa prática muitas vezes é complexa devido a vários fatores sociais, culturais, políticos e até mesmo ideológicos (Correia, 2023). Nesse sentido, a sensibilidade cultural e o contexto local são considerações importantes na implementação da ES, pois é fundamental adaptar os programas e estratégias educacionais às diferentes realidades socioculturais, garantindo que os conteúdos sejam relevantes e respeitosos à diversidade, além de atender as demandas locais (Correia; Silva; Diniz, 2021). Como, no caso do contexto amazônico, levar em conta a ES como forma de prevenção e combate à VSIJ.

2.2.1 Educação Libertadora de Paulo Freire

Os estudos sobre educação acompanham e, em grande parte, influenciam as mudanças que ocorrem na sociedade com o passar do tempo. Isso é perceptível, por exemplo, ao analisar a construção de diferentes abordagens de ensino e aprendizagem que foram desde uma perspectiva tradicionalista até uma mais sociocultural (Santos, 2005). Essa última é originada a partir das ideias de Paulo Freire, onde a educação deve qualificar os alunos a entenderem criticamente o mundo ao seu redor e a transformá-lo para melhor.

De acordo com Freire (2004), um dos aspectos principais para o sucesso da educação reside no vínculo entre docente e discente. Uma abordagem sociocultural parte do princípio de que a relação professor-aluno não deve ser hierárquica, onde o professor é o detentor absoluto do conhecimento e o aluno é apenas um receptor passivo. Pelo contrário, Freire (2004) defende uma abordagem dialógica, na qual ambos os lados se envolvem em um processo de aprendizagem mútua.

Freire (2005) argumenta que a pedagogia tradicional, a qual ele chama de "bancária", perpetua a opressão ao tratar os alunos como receptores passivos de conhecimento, enquanto

os educadores detêm todo o poder e autoridade. Em contraste, a chamada “pedagogia do oprimido” propõe uma educação libertadora, na qual alunos e educadores estão em um processo dialógico de aprendizagem mútua e conscientização (Silva; Santos, 2022).

Na perspectiva freiriana, o aluno não é apenas um receptor de informações, mas um participante ativo na construção do conhecimento. Por conseguinte, o papel do professor não é apenas transmitir conhecimento, mas também estimular o pensamento crítico, a reflexão e o questionamento por parte dos alunos (Freitas; Freitas, 2021). Tal abordagem reconhece a importância da experiência e do conhecimento prévio dos alunos, valorizando suas contribuições para o processo educativo.

Esse modelo de pedagogia freiriana parte da premissa de que a educação deve possibilitar os oprimidos a entenderem analiticamente sua realidade e a agir para transformá-la, ou seja, reconhecer os problemas sociais a qual estão inseridos e buscar formas de solucioná-los. Freire (2005) enfatiza a importância da conscientização, ou seja, o processo pelo qual os oprimidos se tornam conscientes das estruturas de poder que os mantêm subjugados.

Nesse sentido, a pedagogia do oprimido não se limita ao ensino de conteúdos acadêmicos, mas também engloba a educação política e social (Freitas; Freitas, 2021). Os alunos são incentivados a questionar as injustiças e desigualdades presentes em suas vidas, a refletir sobre suas próprias experiências e a se organizar coletivamente para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária (Virginio, 2021).

O estímulo ao diálogo em sala de aula permite que os alunos expressem suas ideias e perspectivas, enquanto também são desafiados a refletir criticamente sobre o mundo ao seu redor. Para Freire (2004), o professor deve se posicionar como um facilitador do processo de aprendizagem, estimulando a participação ativa dos alunos e promovendo um ambiente de respeito mútuo e troca de ideias.

Essa perspectiva proposta por Freire (2005) seria a educação dialógica, a qual valoriza a diversidade de saberes e experiências dos alunos, reconhecendo que o conhecimento não é estático, mas sim construído socialmente através do diálogo e da interação. A dialogicidade é parte fundamental da pedagogia do oprimido, portanto, é essencial que o professor esteja aberto ao aprendizado mútuo e disposto a ouvir e aprender com seus alunos (Silva; Santos, 2022).

Ao valorizar a perspectiva dialógica, o ato de ensinar deixa de ser apenas uma atividade técnica, tornando-se uma manifestação intrinsecamente ligada à condição humana e à sua capacidade de compreender, interpretar e transformar o mundo (Virginio, 2021). Para Freire

(1967), a educação autêntica é um processo de conscientização e libertação, enquanto a massificação é uma forma de controle social que reduz os indivíduos a meros espectadores passivos.

Na visão de Freire (1967), a massificação ocorre quando os sistemas educacionais tratam os alunos como objetos a serem moldados de acordo com normas preestabelecidas, sem levar em conta suas necessidades, interesses e experiências individuais. Isso resulta em uma homogeneização da educação, na qual os alunos são privados de sua voz e autonomia, tornando-se simples receptáculos de informações.

Ao contrário de moldar os indivíduos de acordo com padrões predefinidos, a educação genuína busca libertar os indivíduos para que possam desenvolver todo o seu potencial e contribuir de forma significativa para a sociedade (Freire, 1967). É essa visão humanista e emancipatória da educação que continua a inspirar educadores em todo o mundo a resistir à massificação e a promover uma educação verdadeiramente libertadora e transformadora, onde os alunos se tornam agentes ativos de mudança em seus próprios destinos.

2.2.2 Educação Emancipatória de Marcuse

De forma semelhante à Freire, o sociólogo Herbert Marcuse tinha ideias inovadoras sobre educação, especialmente em relação à sua abordagem utópica e crítica. Ele acreditava que a sociedade unidimensional havia reprimido a natureza multidimensional do ser humano, limitando suas possibilidades criativas e de realização (Lewis, 2006). Nesse sentido, a educação deve atuar para reavivar esse senso perdido de possibilidade e criatividade nos indivíduos.

A sociedade unidimensional abordada por Marcuse (2013) seria aquela em que as pessoas estão submersas em uma realidade superficial e homogênea, na qual a liberdade e a diversidade são suprimidas. Nesse contexto, as instituições sociais, como a mídia de massa, a publicidade e a cultura de consumo, exercem um controle total sobre a consciência e as aspirações das pessoas, limitando-as a um único modo de pensar e agir (Lewis, 2006).

Marcuse (2013) via essa sociedade como uma forma de opressão que alienava os indivíduos de sua verdadeira natureza e potencialidades, reprimindo sua capacidade de imaginar e buscar uma realidade mais livre e significativa. Assim, a crítica de Marcuse à sociedade unidimensional visava desmascarar as estruturas de poder e controle que limitavam

a liberdade e a criatividade humanas, defendendo a necessidade de resistência, transformação e busca por uma sociedade mais justa e emancipada (Lewis, 2006).

Por outro lado, a natureza multidimensional, a qual Marcuse (2013) descreve ser reprimida, refere-se à complexidade e diversidade inerentes ao ser humano, que vão além das limitações impostas pela sociedade unidimensional. Marcuse (2001) argumenta que os indivíduos possuem potencialidades, desejos e capacidades variadas que são reprimidas e subjugadas em uma sociedade que busca uniformidade e conformidade.

A natureza multidimensional dos indivíduos inclui aspectos como a criatividade, a imaginação, a capacidade de questionar e resistir, a busca por significado e liberdade, entre outros (Lewis, 2006). Marcuse acreditava que a sociedade unidimensional suprimia essas dimensões mais profundas e autênticas do ser humano, reduzindo as pessoas a meros consumidores passivos e conformistas.

Uma forma de transcender as limitações e alienações da sociedade unidimensional seria através da imaginação utópica, a qual consiste na capacidade de conceber e visualizar um mundo alternativo e melhor do que o existente (Lewis, 2006). Segundo Marcuse (2014), a utopia envolve a criação de visões e ideais de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada, onde a liberdade, a criatividade e a realização plena dos indivíduos são priorizadas.

A utopia de Marcuse (2014) não se limita a meras fantasias ou devaneios, pois é vista como uma ferramenta poderosa para a crítica social e a transformação política. Ao estimular a imaginação utópica, o autor busca inspirar as pessoas a questionar as estruturas de poder existentes, a desafiar as injustiças e a se engajar em ações concretas para construir um mundo mais humano e solidário (Lewis, 2006).

Partindo dos pressupostos descritos anteriormente, Marcuse (2001) constrói a ideia da educação emancipatória, a qual fundamenta-se em três pontos principais: (1) desafiar a hegemonia unidimensional ao estimular a reflexão sobre as condições sociais e políticas que limitam a liberdade e a diversidade; (2) cultivar a imaginação utópica ao encorajar a exploração de novas possibilidades à realidade existente e incentivar a busca por uma sociedade mais justa e igualitária; e (3) fomentar a resistência criativa ao capacitar os indivíduos a questionar as normas estabelecidas, a desafiar as injustiças e a se engajar em ações transformadoras em prol da emancipação pessoal e coletiva.

Nesse sentido, a educação emancipatória visa libertar os indivíduos das restrições e alienações impostas pela sociedade unidimensional, permitindo-lhes desenvolver plenamente

sua natureza multidimensional e buscar uma vida mais autêntica e significativa (Marcuse, 2009). A educação emancipatória de Marcuse tem como objetivo principal promover a conscientização crítica, a imaginação utópica e a resistência criativa contra as estruturas de poder opressivas.

A partir dessa visão emancipatória, Marcuse também defendia que a sexualidade humana não deveria ser encarcerada por tabus e preconceitos, pois é parte inerente do indivíduo. Marcuse argumentava que a sociedade contemporânea gerava uma repressão excedente através de restrições excessivas à sexualidade (Togeiro, 2022).

Nessa perspectiva, a educação deveria atuar como meio conscientizador para a criação de uma nova sociedade que permitisse uma sexualidade emancipatória e a realização do potencial humano.

2.2.3 Construção de uma Educação Sexual Emancipatória baseada em Freire e Marcuse

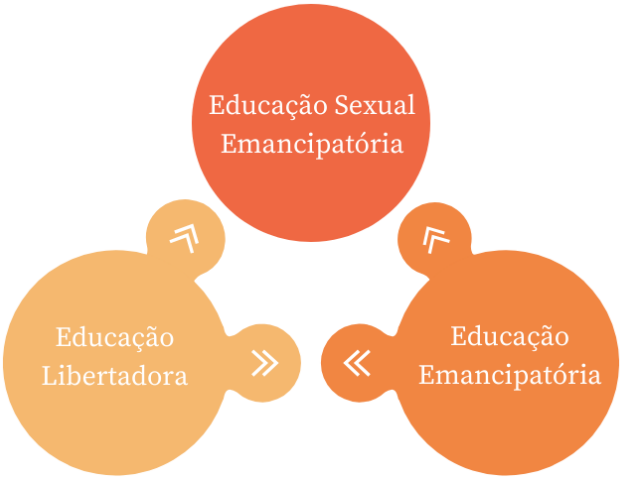
É certo que a Educação Libertadora de Freire e a Educação Emancipatória possuem certos aspetos destoantes, como referente aos públicos-alvo de cada abordagem. Enquanto a abordagem de Freire é especificamente voltada para as classes oprimidas e marginalizadas, buscando conscientizá-las e formá-las para a transformação social, Marcuse tem uma abordagem mais abrangente, criticando as estruturas de poder em toda a sociedade industrial e enfatizando a necessidade de emancipação de todas as formas de dominação, não apenas a econômica.

No entanto, ambas visões da educação dialogam ao compartilhar uma visão crítica e transformadora da educação, buscando a libertação dos indivíduos da opressão e a promoção da autonomia e da consciência crítica. Ambos os autores defendem uma abordagem mais participativa e dialógica da educação, na qual os alunos são vistos como sujeitos ativos no processo de aprendizagem e são incentivados a questionar, refletir e debater questões relevantes para suas vidas.

Tendo em vista a similitude entre as abordagens, a combinação dos aspectos da Educação Libertadora e da Educação Emancipatória pode fornecer uma base sólida para tornar a educação sexual mais crítica e emancipatória (Figura 4). Visto que, ambas as abordagens

enfatizam a importância da conscientização, da participação ativa dos alunos e da reflexão crítica sobre as estruturas de poder e dominação presentes na sociedade.

Figura 3: Triângulo sintetizando as bases da Educação Sexual Emancipatória.



Fonte: Autoria própria.

Se levarmos em consideração a Educação Libertadora de Freire, destaca-se a importância do diálogo aberto e da participação dos alunos no processo educativo (Freitas; Freitas, 2021). Aplicar essa abordagem à educação sexual permite aos educadores a criação de espaços seguros e inclusivos onde os alunos se sintam encorajados a expressar suas dúvidas, preocupações e experiências em relação à sexualidade. Essa perspectiva promove uma educação sexual mais democrática, na qual os alunos são vistos como sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

Em outro ponto, Freire (1967) enfatiza a importância da conscientização crítica sobre as questões sociais, como podemos estender às políticas relacionadas à sexualidade. Nesse sentido, em sua prática, o professor pode usar essa abordagem para ajudar os alunos a entenderem as diversas formas de opressão e discriminação baseadas na sexualidade, bem como a explorar as interseções entre gênero, raça, classe e sexualidade.

A Educação Emancipatória, por sua vez, oferece uma crítica radical à cultura dominante e às estruturas de poder presentes na sociedade industrial. Sendo assim, aplicar essa abordagem à educação sexual permite ao docente estimular o questionamento dos alunos sobre as normas sociais e culturais que perpetuam a objetificação, a discriminação e a violência sexual. Com isso, se promoveria uma análise mais profunda das relações de poder e dominação na esfera sexual e incentiva os alunos a se engajarem em ações de resistência e transformação.

Em combinação, o diálogo entre os aspectos da Educação Libertadora de Freire e da Educação Emancipatória de Marcuse pode proporcionar uma prática educativa docente de caráter crítico para a promoção de uma educação sexual emancipatória. Ao promover o diálogo aberto, a conscientização crítica e a resistência às normas sociais opressivas, os educadores podem capacitar os alunos a desenvolverem uma compreensão mais profunda da sexualidade humana.

2.2.4 Educação Sexual Emancipatória e a ludicidade

A ludicidade é entendida como um estado interno de totalidade e satisfação experimentado pelo indivíduo (Luckesi, 2023). No âmbito educacional, ela se relaciona à habilidade de participar de atividades de forma divertida, ou seja, de modo descontraído, agradável e com sentido (Modesto; Silva; Fukui, 2020). Para tal prática, inclui-se o uso de jogos, brincadeiras e recreações como recursos educacionais para estimular o aprendizado.

A presença da ludicidade no ambiente educacional visa estabelecer condições ideais para o crescimento completo dos estudantes, incentivando a criatividade, a imaginação, o trabalho em equipe e a independência (Modesto; Silva; Fukui, 2020). Dessa forma, ela ajuda a tornar o ensino e a aprendizagem mais fluidos, cativantes e efetivos, promovendo assim a assimilação do conhecimento de maneira relevante.

A sensação de totalidade e satisfação interna, associada à ludicidade, desempenha um papel importante na prática educacional (Sgarbi; Mota, 2022). Quando um professor experimenta essa sensação de integração e plenitude, ele pode compartilhar esses sentimentos com seus alunos, estabelecendo um ambiente favorável para o crescimento e a aprendizagem completa dos estudantes (Luckesi, 2023).

Ao nutrir essa sensação interna de felicidade e contentamento pessoal, o professor se torna mais sensível às emoções dos alunos, incentivando interações mais empáticas e calorosas dentro da sala de aula (Sgarbi; Mota, 2022). A partir disso, o fortalecimento dos laços entre o educador e os estudantes torna-se mais fácil, criando um ambiente de confiança e respeito mútuo e favorecendo um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento em conjunto.

A confiança e respeito que podem ser proporcionadas a partir da ludicidade a tornam muito valiosa para a abordagem de temas sensíveis, como é o caso da Educação Sexual, mais

precisamente da VSIJ (Lopes; Lima; Silva, 2023). A utilização de artefatos lúdicos propicia um tratamento mais leve e sensível da temática, onde o professor deve ter o cuidado de analisar os limites de cada aluno e garantir o mínimo de constrangimento possível (Lima *et al.*, 2022).

O uso de atividades lúdicas é fundamental na educação sexual dos adolescentes, criando um espaço acolhedor e interessante para discutir assuntos delicados (Kruger; Momesso, 2023). Ao tornar o processo de aprendizado mais interativo e dinâmico, essas atividades envolvem os alunos, incentivando uma comunicação aberta e uma maior interação sobre temas de sexualidade, saúde reprodutiva e cuidados com o corpo (Lima *et al.*, 2022).

Através de jogos, atividades dinâmicas e outras formas de artefatos lúdicos, os adolescentes podem internalizar conhecimentos de maneira mais profunda, conectando conceitos teóricos com situações do dia a dia (Kruger; Momesso, 2023). Além disso, essas atividades ajudam a desfazer tabus e ideias errôneas, permitindo que os jovens questionem e desmontem falsas crenças sobre sexualidade, bem como entender e se proteger de situações de abuso (Lima *et al.*, 2022).

Ao estimular a aprendizagem de forma mais envolvente e participativa, as atividades lúdicas ajudam a desenvolver habilidades sociais cruciais, como cooperação, compreensão e interação com os outros, fundamentais para lidar com temas complexos relativos a relacionamentos e saúde sexual (Kruger; Momesso, 2023). Dessa forma, a ludicidade pode atuar como fator facilitador para uma educação sexual mais crítica e emancipatória.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os caminhos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, detalhando sua abordagem, participantes, instrumentos de coleta e análise de dados, além da construção e validação do Produto Educacional. No **tópico 3.1**, discutimos o tipo de pesquisa, caracterizada como qualitativa, fundamentada nos princípios da Pesquisa Narrativa, que valoriza as experiências e percepções dos sujeitos envolvidos.

Em **3.2**, são descritos o local e os participantes, destacando a escolha de uma turma de 8º ano e sua relação com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em seguida, o **tópico 3.3** aborda os métodos de coleta e análise dos dados, que incluíram observação participante, questionários, caixas anônimas e produção de tirinhas como estratégia expressiva. Por fim, em **3.4**, é apresentada a metodologia do produto educacional, estruturada em uma sequência didática composta por três encontros, cada um com objetivos específicos, culminando na validação a priori da proposta por especialistas da área.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia utilizada na pesquisa possui um caráter qualitativo de natureza exploratória e descritiva (Minayo, 2007), com o objetivo de compreender a complexidade dos fenômenos sociais, investigar as perspectivas dos participantes e captar a subjetividade presente nas experiências humanas. A pesquisa qualitativa não se preocupa apenas com a descrição e a mensuração dos fenômenos, mas também com a compreensão dos processos subjacentes e das dinâmicas sociais, buscando capturar a diversidade e a complexidade das experiências humanas, o qual possibilita uma análise mais aprofundada dos contextos e das relações sociais.

A pesquisa qualitativa de acordo com Minayo (2007) é um processo iterativo, no qual a coleta e análise de dados ocorrem de forma flexível e adaptável, permitindo que novas questões e *insights* surjam ao longo do estudo. Dessa forma, a pesquisa qualitativa não apenas busca responder a perguntas específicas, mas também promove uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento e a promoção de mudanças sociais significativas.

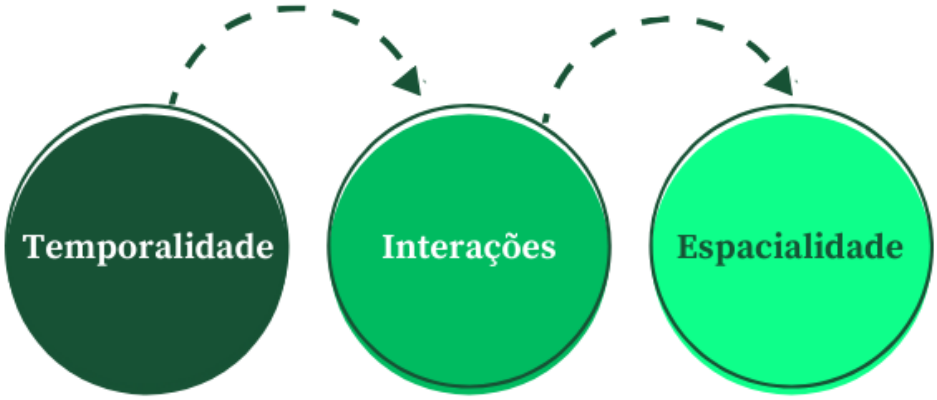
O método de investigação e análise de dados foi fundamentada nos princípios da Pesquisa Narrativa, conforme proposto por Clandinin e Connelly (2015). Essa abordagem qualitativa tem como objetivo compreender e interpretar experiências humanas complexas, utilizando narrativas pessoais como objeto de estudo e análise. Segundo os autores, as histórias

são uma forma fundamental de conhecimento humano e que elas moldam a maneira como percebemos o mundo e a nós mesmos. Dessa forma, a PN valoriza uma abordagem da perspectiva dos participantes e busca capturar a complexidade das experiências vividas.

A PN na educação pode ser utilizada em variados níveis e contextos educacionais, abrangendo diferentes áreas de estudo. Ela permite uma compreensão mais aprofundada dos processos de aprendizagem, da formação de identidades, das relações interpessoais e de outros aspectos essenciais para a prática pedagógica. Por meio da coleta e análise de narrativas, é possível identificar temas, padrões, desafios e oportunidades nas experiências educacionais. Essa metodologia não apenas dá voz aos participantes, mas também promove uma reflexão crítica sobre as práticas educativas e contribui para a construção de conhecimento coletivo.

Baseando-se no modelo de pesquisa narrativa de Clandinin e Connelly (2015), existem três elementos fundamentais de análise (Figura 5): temporalidade (passado, presente e futuro), interações (pessoal e social) e espacialidade (situação, local). Dessa forma, para realizar uma PN é necessário perceber como as histórias são construídas cronologicamente, qual a contribuição das interações sociais presentes nas narrativas e como o ambiente e o contexto espacial afetam as experiências narradas.

Figura 4: Elementos fundamentais de análise na Pesquisa Narrativa.



Fonte: Autoria própria.

Esse conjunto de fatores reunidos permitem uma visualização tridimensional para a pesquisa (Clandinin; Connelly, 2015). Isso oferece uma abordagem rica e reflexiva para a compreensão das experiências humanas, fornecendo percepções significativas para a prática educacional e para o desenvolvimento de políticas e programas educacionais mais contextualizados e sensíveis às histórias e vivências dos indivíduos.

A exploração desse espaço tridimensional permite analisar a experiência vivida pelo participante da pesquisa através de uma perspectiva introspectiva, extrospectiva, retrospectiva e prospectiva (Figura 6). Como descrevem Clandinin e Connelly (2015, p. 85–86):

> "experenciar uma experiência - isto é, pesquisar sobre uma experiência - é experenciá-la simultaneamente nessas quatro direções (...) e escreve-se um texto de pesquisa que atenda tanto as questões pessoais quanto sociais, olhando-se interna e externamente, abordando questões temporais olhando não apenas para o evento, mas para seu passado e seu futuro".

Figura 5: Perspectivas de análise da experiência do participante.



Fonte: Autoria própria.

A pesquisa narrativa educacional baseada em Clandinin e Connelly (2015) utiliza a coleta de narrativas por meio de variados métodos, como entrevistas, diários, relatos escritos e outras formas de expressão narrativa. Segundo os autores, investigar as experiências dos participantes em determinados eventos possibilita analisar as construções sociais e culturais que moldam sua identidade, valores e crenças. Na presente pesquisa, foram adotados os métodos de questionário, caixa de perguntas e produção de tirinhas como ferramentas para coleta de dados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA

A escola de realização da pesquisa é localizada no bairro Guamá, Belém/PA, a qual oferece turmas de Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio. A instituição possui três turmas de 8° ano e a aplicação da proposta didática aconteceu apenas em uma turma (a qual foi escolhida em colaboração com a professora titular), com média de 25 alunos. Os participantes da pesquisa têm idade entre 13 e 15 anos e estão identificados nos resultados com pseudônimos

que escolheram, baseados em nomes de frutas da região amazônica. Só participaram aqueles que assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) e os pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C).

A escolha de aplicar a pesquisa em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental reside na BNCC destacar que, nesse ano, os objetos de conhecimento da unidade temática "Vida e Evolução" incluem mecanismos reprodutivos e sexualidade (Brasil, 2018). Contudo, essa temática geralmente é tratada de forma restrita, abordando apenas os aspectos anatômicos e fisiológicos. Quando o contexto social é considerado, isso costuma ocorrer apenas em discussões relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Ressaltamos que pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Anexo A), em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, as metodologias empregadas, os possíveis riscos e benefícios, e os procedimentos adotados para garantir a confidencialidade e o anonimato.

3.3 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu a partir de três instrumentos: questionário semiestruturado, caixa de perguntas e produção de tirinhas pelos alunos. O modelo de questionário foi utilizado em dois momentos da pesquisa: o primeiro como sondagem de conhecimentos e opiniões prévias da temática pelos alunos apenas com perguntas abertas; e o segundo como *feedback* final a aplicação do jogo “Trilha da Proteção”.

De acordo com Batista *et al*. (2021), o uso de questionários como instrumento de inquérito permite uma coleta de dados mais sistematizada e eficiente, além de assegurar maior representatividade da amostra e uniformidade nos dados obtidos. No âmbito educacional, os questionários se mostram uma ferramenta valiosa para reunir informações de diversos grupos, como estudantes, pais, professores e administradores (Creswell, 2003). Eles possibilitam a obtenção de dados sobre uma ampla gama de temas, incluindo atitudes, percepções, experiências e opiniões dos participantes.

Para Creswell (2003), a formulação de um questionário deve levar em consideração a linguagem apropriada ao público-alvo, além de garantir que a amostra seja representativa da população-alvo que se deseja estudar. O autor ressalta a importância de garantir a

confidencialidade e anonimato dos dados coletados, respeitando os aspectos éticos e de consentimento, especialmente quando envolve estudantes menores de idade. Importante ressaltar que o uso de questionários é muito diretivo e não permite perceber de forma mais sensível as interpretações profundas dos participantes sobre o tema abordado (Batista *et al.*, 2021). Por esse motivo, é necessária a utilização conjunta de outros instrumentos de coleta de dados.

Por se tratar de uma temática delicada e que pode gerar constrangimento ao fazer perguntas abertamente, foi utilizado o instrumento da caixa de perguntas, a fim de que os alunos se sintam mais a vontade de tirar suas dúvidas de forma anônima. De acordo com Krumpal (2013), o uso de caixas de perguntas em temas sensíveis pode ser uma ferramenta valiosa para promover a interação e o compartilhamento de informações, desde que seja feito com cautela e sensibilidade, sendo fundamental criar um ambiente seguro, estabelecer diretrizes claras e considerar a sensibilidade do assunto e do público envolvido.

A sensibilidade também pode variar de acordo com o contexto e o público envolvido, pois o que pode ser considerado um tema sensível para uma pessoa pode não ser para outra. Nesse sentido, é importante levar em consideração a diversidade de perspectivas e experiências ao utilizar uma caixa de perguntas em temas sensíveis e, por isso, é importante estabelecer diretrizes claras sobre o tipo de conteúdo que será permitido, a fim de evitar a possibilidade de lidar com perguntas e comentários inapropriados ou ofensivos (Krumpal, 2013). Tais cuidados são necessários para que a caixa de perguntas possa fornecer uma plataforma para a interação e o compartilhamento de informações sem constrangimentos ou infortúnios.

O último instrumento de coleta de dados, também pensado para facilitar a expressão dos alunos sobre uma temática delicada, é construção de tirinhas pelos alunos que narrem uma pequena história que envolva o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. A criação ou o uso de tirinhas no ensino de ciências estimula o interesse dos alunos pela ciência e promove a compreensão de tópicos complexos ou polêmicos por meio de uma linguagem visual e acessível (Cunha, 2020). A partir delas, os educadores podem aproveitar o poder das histórias para contextualizar e facilitar a conexão dos alunos com a temática abordada.

Estimular o envolvimento dos estudantes com a criação das tirinhas permite que eles se sintam mais engajados e conectados com o tema, tornando a aprendizagem mais relevante e significativa para eles. A coleta e análise das narrativas criadas pelos alunos nas histórias

permite compreender de qual forma a experiência educacional de abordagem da temática foi interpretada e significada pelos participantes (Clandinin; Connelly, 2015).

A pesquisa narrativa pode ser utilizada como uma ferramenta de transformação social, ao promover o diálogo, a empatia, a valorização da diversidade e a promoção da justiça social na educação. Ao dar voz aos sujeitos marginalizados e permitir a reflexão crítica sobre as estruturas e práticas educacionais, essa abordagem contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e significativa para todos os estudantes.

Dados complementares foram obtidos através da observação participante baseada em Cruz Neto (2007), a qual permitiu uma inserção direta no contexto estudado, possibilitando uma compreensão profunda das dinâmicas e interações do ambiente. Durante a observação, foram utilizados dois instrumentos principais para o registro das informações: o diário de campo e a gravação de áudio.

3.4. METODOLOGIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O processo metodológico do Produto Educacional (PE) consiste em uma abordagem pedagógica de Sequência Didática (SD) baseada em Zabala (1998). A SD consiste em um conjunto de etapas organizadas e articuladas que visam promover o ensino e a aprendizagem de um determinado conteúdo de forma sistemática e progressiva. Destacando-se a importância de promover a aprendizagem significativa, envolvendo os estudantes de forma ativa e estimulando sua participação ativa no processo de ensino-aprendizagem.

Zabala (1998) propõe três tipos de aprendizagem que podem ser trabalhadas no ensino: (1) conceitual, a qual envolve a compreensão de ideias mais abstratas e complexas, como conceitos e princípios; (2) procedimental, relacionada a habilidades e estratégias que os alunos devem desenvolver para realizar tarefas específicas; e (3) atitudinal, referente às atitudes, valores e posturas que os alunos podem adotar em relação aos temas abordados. Ao integrar os tipos de aprendizagem, o docente pode proporcionar uma abordagem educacional mais equilibrada e significativa, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Baseada nas etapas de aplicação propostas por Zabala (1998) e buscando integrar as três aprendizagens, a SD foi dividida em três encontros, nos quais estão organizadas em 5 etapas: ativação do conhecimento prévio; apresentação e explicação do tema; roda de leitura de HQs;

sistematização dos conhecimentos com a criação de tirinhas; e aplicação dos conceitos no jogo "Trilha da Proteção" (Figura 6).

Figura 6: QR code e link para acesso a todos os materiais usados na Sequência Didática.



Link: bit.ly/40GoC6n

As duas primeiras etapas aconteceram no primeiro momento. A ativação do conhecimento prévio consistiu na utilização de desenhos esquemáticos do corpo humano (feminino e masculino) impressos em papel Canson (com maior resistência e durabilidade) para que os alunos delimitem os limites do toque de outra pessoa no corpo. Já a segunda etapa consistiu na apresentação e desenvolvimento inicial dos conceitos de forma que conectasse os alunos ao tópico de estudo e foi feito por meio da apresentação curtas-metragens e explicações dos conceitos iniciais da temática.

No segundo momento, foram realizadas as etapas três e quatro. A roda de leitura de HQs teve a finalidade de reafirmar conceitos vistos anteriormente e inserir novas discussões. A partir da roda de leitura, foi realizada a criação de tirinhas como forma de sistematização e aplicação dos conhecimentos construídos até ali.

Por fim, no último momento da SD, foi realizada a aplicação final dos conceitos trabalhados desde o início através da utilização do jogo de tabuleiro intitulado "Trilha da Proteção". Em cada um dos três momentos da SD foi destacado um aspecto do tema, sendo abordados, respectivamente: conhecimento dos limites do próprio corpo, possíveis situações de violência sexual infanto-juvenil e formas e instituições de denúncia. O resumo dos encontros é descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Descrição das etapas da SD em cada encontro.

PROGRAMAÇÃO DE ENCONTROS	
PRIMEIRO ENCONTRO	
Componentes curriculares	Ciências da Natureza
Unidade Temática	Vida e Evolução
Objeto do Conhecimento	Sexualidade e partes íntimas (Diagnose)
Habilidade da BNCC	**EF08CI11**: Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).
Objetivos	• Aplicar um questionário de conhecimentos prévios sobre violência sexual infanto-juvenil. • Identificar o entendimento dos alunos sobre partes íntimas. • Utilizar curtas-metragens para reconhecer os cuidados e limites que se deve ter com o próprio corpo.
Materiais	- Questionário impresso em papel A4; - Desenho esquemático do corpo humano em papel Canson e adesivos no formato de bolinhas (vermelhas, verdes e amarelas); - Datashow com os curtas e caixinha de som. - Caixa de perguntas.
Processo metodológico	1° momento: Diagnose inicial com aplicação do questionário semiestruturado de perguntas abertas com o objetivo de fazer uma sondagem dos conhecimentos prévios dos alunos. 2° momento: Início da discussão sobre limites corporais com a distribuição de um esquema do corpo humano e bolinhas adesivas nas cores vermelha, amarela e verde para que cada aluno delimite a partir das cores baseadas no semáforo, onde pode tocar no corpo. 3° momento: Apresentação dos curtas-metragens e discussão sobre quais os limites do nosso corpo e o que seria a violência sexual.
SEGUNDO ENCONTRO	
Componentes curriculares	Ciências da Natureza
Unidade Temática	Vida e Evolução
Objeto do Conhecimento	Sexualidade e violência sexual infanto-juvenil.
Habilidade da BNCC	**EF08CI11**: Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).
Objetivos	• Implementar uma roda de leitura de HQs referentes ao tema da violência sexual infanto-juvenil. • Reconhecer as situações em que essa violência pode acontecer. • Produzir tirinhas que apresentem uma história ou informação sobre o tema.

Materiais	- Datashow com as HQs. - Lápis de cor, canetinhas e giz de cera. - Papeis A4 e réguas. - Caixa de perguntas.
Processo metodológico	1° momento: Relembrar o que foi discutido na aula anterior e novamente demonstrar um desenho esquemático do corpo humano com os sinais de alerta. 2° momento: Com a sala organizada em semicírculo, iniciar a roda de leitura interativa de HQs com alunos (voluntários) dando voz aos personagens. 3° momento: Entre cada história do Gibi, explicar sobre como aquela situação de violência sexual pode acontecer no dia a dia. 4° momento: Produção de tirinhas sobre o tema abordado, contando uma história ou sendo informativa.
TERCEIRO ENCONTRO	
Componentes curriculares	Ciências da Natureza
Unidade Temática	Vida e Evolução
Objeto do Conhecimento	Sexualidade e redes de proteção
Habilidade da BNCC	**EF08CI11**: Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).
Objetivos	• Relembrar os conceitos trabalhados anteriormente com a socialização das tirinhas. • Utilizar o jogo "Trilha da Proteção" para relacionar tudo o que foi abordado e esquematizar os processos de denúncia. • Aplicar um questionário de *feedback* ao jogo e abordagem da violência sexual infanto-juvenil em sala de aula.
Materiais	- Jogo de tabuleiro "Trilha da Proteção" - Questionários impressos em papel A4. - Fita durex, fio de linha de nylon e grampeadores. - Caixa de perguntas.
Processo metodológico	1° momento: Jogar o jogo de tabuleiro "Trilha da Proteção" como forma de revisar todas as discussões anteriores e esquematizar as redes de proteção e denúncia. 2° momento: Aplicar o questionário de *feedback* sobre o jogo e a abordagem da temática em sala de aula. 3° momento: Socializar as tirinhas criadas no formato de mural para que toda a turma possa visualizá-las em exposição.

3.4.1 PRIMEIRO ENCONTRO: Diagnose e uso de curtas-metragens

Após a acolhida dos alunos no início da aula, foi realizada a aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas abertas (Apêndice A) objetivando fazer um levantamento do conhecimento prévio dos alunos sobre a temática da violência sexual infanto-

juvenil. Logo em seguida, foi disponibilizado à cada aluno um desenho esquemático do corpo humano em papel Canson representando a estrutura do corpo feminino e masculino, sendo que o feminino será dado às meninas o masculino aos meninos, junto a bolinhas adesivas nas cores vermelho, amarelo e verde. As cores têm associação ao semáforo, onde vermelho indica "pare" (proibido), amarelo é "atenção" (cuidado/restrição) e verde é "livre" (permitido).

Os alunos foram orientados a grudar as bolinhas de cada cor nas partes do corpo de acordo com o que consideram passíveis de toque por outra pessoa. Onde estabelece como local livre para alguém tocar, como as mãos, o aluno coloca a bola verde; se for um local onde já causa certo desconforto e deve-se ter cuidado para não ser qualquer pessoa, como o pescoço, coloca a bola amarela; e em locais que considera que não deve ser tocado a não ser em situações muito específicas (ir ao médico), como as partes íntimas, o aluno gruda a bola vermelha. A partir disso, tem-se uma inserção da temática de forma mais dinâmica e possibilita uma visão dos limites que os alunos têm até o momento sobre seus corpos. Com a finalização da dinâmica, se deu início a apresentação dos curtas-metragens.

Cezar et al. (2021) utilizou curtas-metragens em seu trabalho com turmas dos anos finais do ensino fundamental e, posteriormente, os alunos realizavam desenhos sobre o que foi discutido através do vídeo. De acordo com os autores, usar o vídeo facilita o compartilhamento de informações e promove estímulo ao senso crítico-social dos alunos, permitindo um processo de ensino-aprendizagem dinâmico, economicamente acessível e eficiente. No entanto, ressaltam que é importante fazer o uso inteligente dessa ferramenta, não transmitindo o vídeo apenas por transmitir.

Desde o ano 2016, o Centro Marista de Defesa da Infância (CEDIN) produz curtas-metragens destinados a crianças que estão entrando na adolescência com alertas sobre a violência sexual infanto-juvenil. Em seu canal na plataforma *YouTube*, há uma série de vídeos educativos na *playlist* da campanha "Defenda-se" e, em cada curta, é abordada uma temática referente a essa violência que vai desde conhecer os limites do próprio corpo até os cuidados necessários nas redes sociais. Além disso, o site do CEDIN apresenta vários materiais que podem ser usados em sala de aula para abordagem do tema. Nesse trabalho, foram utilizados apenas os curtas-metragens produzidos pelo CEDIN.

A proposta do primeiro momento consistiu em, após uma aula anterior sobre o sistema reprodutor humano, fizemos a transmissão de três curtas-metragens da campanha Defenda-se,

intitulados “Sentimentos”, “Conheça o seu corpo, cuide da sua privacidade” e “Autodefesa e segurança online”.

O primeiro curta, “Sentimentos”, aborda o que e quais são as partes íntimas do corpo e que não devem ser tocadas, a menos que vá ao médico ou quando os pais dão banho nos filhos menores. A partir disso, descreve que, se a criança se sentir incomodada com determinados “carinhos” feitos por alguém da família ou não, deve dizer que não gosta e avisar um adulto em quem confia sobre o que aconteceu.

O segundo vídeo, “Conheça o seu corpo, cuide da sua privacidade”, continua na mesma perspectiva que o primeiro, alertando para as crianças não mostrarem ou ficar tocando em suas partes íntimas em locais públicos. O último vídeo, “Autodefesa e segurança online”, aborda a importância de crianças abaixo de 12 anos não terem redes sociais e não falar com estranhos durante jogos online, principalmente para enviar fotos ou falar informações pessoais.

Após a apresentação dos curtas-metragens, foi aberta uma discussão inicial do tema de forma centrada ao reconhecimento das partes íntimas do corpo e os limites que devem ser estabelecidos. Para isso, iniciamos uma roda de conversa na qual foram abordados os conceitos principais do tema, explicando o que seria a violência sexual infanto-juvenil e como pedir ajuda caso esteja sofrendo essa situação ou conheça alguém que esteja.

Durante esse momento, apresentamos dados equivalentes à região amazônica e, mais especificamente, a RMB. Além disso, as principais formas de ocorrência de abuso sexual infanto-juvenil estarão contextualizadas com a realidade local, fazendo a transmissão de uma reportagem sobre o caso das “Meninas Balseiras” de Melgaço/PA.

A roda de conversa alcançou o tempo de duração previsto de 30 minutos, para não se tornar cansativo, sendo abordado de forma leve, dialogada e que não os deixassem desconfortáveis. O espaço foi aberto a perguntas e opiniões, mas sem pressioná-los à obrigatoriedade de participação, pois, por ser um tema ainda considerado por muitos um tabu, poderia gerar constrangimento.

É nesse sentido que as caixas de perguntas atuaram, estando disponíveis em tempo integral da aula para que coloquem de forma anônima o comentário que desejem. Ao final da aula, será solicitado que, aos alunos que puderem, levem materiais de colorir (lápis de cor, canetinha, giz de cera) e réguas para a dinâmica do próximo encontro.

3.4.2 SEGUNDO ENCONTRO: Leitura de HQs e produção de tirinhas

No início do segundo dia de aula, foram relembrados os conceitos e cuidados trabalhados anteriormente a partir de uma nova demonstração do desenho esquemático do corpo humano, mas agora com as devidas partes corporais sinalizadas a partir das cores. Dessa forma, os alunos puderam relembrar os limites que devem ter com o corpo e que a invasão dessa privacidade é uma violência. A partir disso, a sala foi organizada em semicírculo e teve início a nova etapa da SD: a roda de leitura de HQs.

Através da utilização de HQs, é possível fornecer informações essenciais sobre o que é a violência sexual infantil, como identificar situações de risco e o que fazer para buscar ajuda, isso porque elas podem explicar conceitos complexos de maneira clara e acessível, permitindo que as crianças compreendam e assimilem a informação. Além disso, atuam no empoderamento das crianças, ao retratar personagens fortes e corajosos que enfrentam e superam situações de violência sexual.

Essas histórias podem incentivar as crianças e adolescentes a reconhecerem seus direitos, a confiarem em seus instintos e a falarem sobre qualquer abuso que possam ter sofrido. Ao ver personagens fictícios enfrentando e superando a violência sexual, as crianças podem se sentir inspiradas e encorajadas a buscar ajuda.

O ilustrador Marcos Vaz criou um personagem chamado Umuaraminha e produziu um gibi de mesmo nome, o qual tornou-se símbolo da cidade de Umuarama (Paraná). Tal gibi apresenta uma diversidade de temáticas para crianças e adolescentes de forma lúdica e com linguagem leve e acessível (Rebecchi, 2020).

Em 2018 foi lançada uma edição do gibi em associação à campanha nacional “Faça Bonito” com o título “Diga NÃO à Violência, Exploração Sexual e Abuso Sexual Infantojuvenil”. A revistinha possui um apanhado de seis histórias que contam situações dessa violência e como deve-se agir perante uma situação do tipo, além de possuir uma lista com indicações de locais para realização de denúncia.

A abordagem usada em Umuaraminha é delicada e sensível, contando histórias de abuso sexual dentro de casa por pai e avô, exploração sexual virtual, cuidados com o próprio corpo e partes íntimas e sinais que tanto pais quanto crianças devem estar atentos. Além disso, os personagens possuem grande representatividade, sendo o protagonista Umuaraminha um indígena (Rebecchi, 2020). Nesse sentido, foi utilizada a edição do gibi referente à temática da

violência sexual infanto-juvenil para iniciar uma roda de leitura e atuar como estímulo aos alunos se envolverem mais com a temática de forma lúdica e confortável.

Para a roda de leitura, fizemos a projeção via Datashow do gibi para que todos pudessem visualizar. De forma voluntária, os alunos foram estimulados a participar da leitura através da escolha de um personagem para dar voz. Ao final de cada história, foi aberto um espaço de discussão rápido, perguntando o que entenderam e acharam dela, além disso, a caixa de perguntas continuou disponível em tempo integral. Caso não ocorresse interação dos alunos, isso seria respeitado devido à sensibilidade do assunto e desconforto que pode causar em falar sobre ele.

Terminada a leitura da HQ, iniciamos a etapa de criação de uma tirinha que conte uma história ou seja de caráter informativo sobre a VSIJ. Com os materiais de colorir e réguas solicitados no encontro anterior (para quem não pôde levar, disponibilizamos material extra), pedimos que os alunos desenvolvessem sua criatividade na elaboração das tirinhas. Conforme terminaram a produção, as tirinhas foram guardadas para socialização no encontro seguinte e, caso alguns não terminassem, poderiam entregar na próxima aula.

3.4.3 TERCEIRO MOMENTO: Jogo “Trilha da Proteção”

A última etapa da SD consistiu na aplicação do jogo denominado “Trilha da Proteção”, a dinâmica veio como fase final após a discussão e prática do assunto com a turma, servindo para abordar os aspectos trabalhados nas etapas anteriores de forma lúdica e que estimule a interação dos alunos. O jogo original foi proposto na pesquisa de Meyer (2017), consistindo em um jogo de tabuleiro normal, que pode ser jogado de 2 a 8 pessoas/grupos. A formatação do jogo será realizada a partir da adaptação dos trabalhos de Meyer (2017) e Krul *et al*. (2019).

O uso de jogos didáticos no ensino de temas sensíveis pode ser uma estratégia eficaz para abordar questões delicadas de forma segura e engajadora, pois podem fornecer um espaço controlado onde os alunos podem explorar e discutir esses temas de maneira mais aberta e reflexiva (Diocesano; Berkenbrock, 2020). Além disso, é importante o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor, garantindo espaços de discussão respeitosa e oferecendo suporte emocional aos alunos durante as atividades.

Na adaptação do jogo, o tabuleiro possuiu cinco variedades de casas: casas com um símbolo de interrogação (?), onde o aluno escolhe uma “carta pergunta” sobre o tema, avança

uma casa se acertar e retorna uma se errar; casas com instituições que são importantes e, em sua maioria, confiáveis de denúncia (delegacia, escola, conselho tutelar e família), nessas o aluno pode avançar três casas automaticamente; casas verdes, que apresentam informações importantes sobre denúncia, taxa de casos regionais, etc.; casas vermelhas, que apresentam situações de perigo e violência sexual, nelas o aluno volta duas casas; e, por fim, casas vazias, onde não há ações extras.

Uma informação importante sobre a estrutura do jogo consiste que, duas casas antes de toda a casa vermelha, vai haver uma casa de instituições, ou seja, quando o aluno chegar na casa vermelha e tiver que voltar duas casas, vai ser mandado exatamente para as instituições onde deve-se realizar a denúncia e aguardar a próxima rodada. Essa pequena estrutura do jogo auxilia na compreensão efetiva de que, ao passar por uma situação de violência ou próximo a isso, é importante falar para alguém de confiança.

Os alunos foram divididos em oito grupos e cada um elegeu um integrante para atuar como "peão" da equipe, mas todos o grupo poderia conversar entre si para responder as perguntas caso caíssem nas casas de interrogação. O objetivo do jogo é completar a trilha e alcançar o tesouro final que é a autoproteção. A avaliação aconteceu a partir da interação, das respostas dos alunos durante a aplicação do jogo e, ao final, pela aplicação de um questionário de *feedback*. O questionário foi no formato de perguntas abertas acerca da percepção dos alunos sobre o assunto após todas as atividades (Apêndice B).

Após a aplicação do questionário, realizamos o encerramento da SD com a socialização das tirinhas, onde todas as produções estavam expostas de forma que todos os alunos pudessem visualizá-las. Esse último momento se constituiu como culminância do processo e percepção, através do conteúdo das tirinhas, de tudo que foi discutido nos encontros, a importância do tema e, principalmente, o estímulo ao empoderamento dos alunos frente a uma situação de violência sexual infanto-juvenil.

3.4.4 Validação *a priori*

A validação *a priori* foi realizada através do método de Grupo Focal (GF), baseando-se nos pressupostos de Gatti (2005). O GF é uma técnica de pesquisa que se destaca por sua eficiência na investigação interativa entre os participantes de um grupo específico de interesse do pesquisador (Corrêa; Oliveira; Oliveira, 2021). Para Gatti (2005), tal método é uma ferramenta valiosa para a geração de novos conhecimentos e a compreensão aprofundada de

questões complexas, sendo especialmente relevante em estudos de abordagem predominantemente qualitativa.

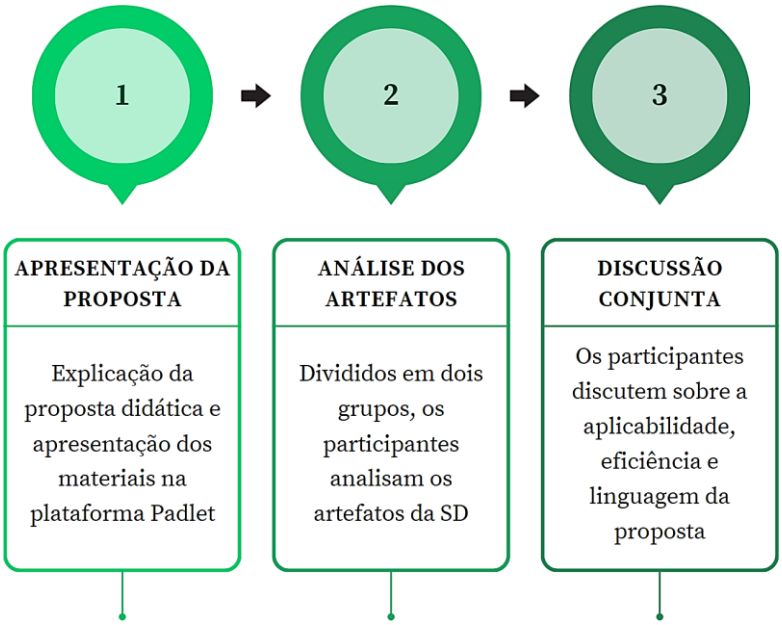
Segundo Gatti (2005), a realização de um GF eficaz requer atenção a diversos critérios que são fundamentais para garantir a qualidade e a validade dos dados coletados. Dentre eles destaca-se a composição adequada do grupo, pois o número de participantes deve ser preferencialmente entre 6 e 12 pessoas, evitando grupos muito grandes que possam dificultar a interação e a profundidade das discussões (Corrêa; Oliveira; Oliveira, 2021).

Outro ponto importante concentra-se no registro e documentação das discussões, Gatti (2005) sugere a utilização de relatores para registrar as discussões durante os encontros do GF, garantindo a documentação adequada dos insights e contribuições dos participantes. Para a presente pesquisa, as discussões foram gravadas com o consentimento dos participantes para registro dos resultados, visto que o encontro foi realizado de forma on-line através da plataforma *Google Meet*.

O Grupo Focal foi constituído por sete participantes, os quais representavam diversas áreas do conhecimento que se relacionam durante a abordagem da VSIJ. Havia três professores, sendo uma de física, uma química e um de biologia, representando os professores de ciências da natureza. Para as áreas associadas ao tema, participaram uma assistente social, uma advogada, uma enfermeira e uma psicóloga, sendo que todas já haviam tido contato com a temática durante seu trajeto profissional.

A organização do GF se dividiu em três momentos (Figura 7): o primeiro momento seria apresentação da proposta didática e dos artefatos pedagógicos que seriam utilizados na SD. Os participantes tiveram acesso a uma página na plataforma *Padlet*, onde estavam organizados todos os materiais a serem utilizados na sequência didática de acordo com o encontro e ordem de utilização.

Figura 7: Esquematização do roteiro de realização do Grupo Focal.



Fonte: Autoria própria.

No segundo momento, os participantes foram divididos em dois grupos, dos quais cada um ficou na responsabilidade de uma das pesquisadoras (mestranda e orientadora) e concentraram-se em salas diferentes do *Google Meet*. A ideia da separação em grupos foi com o intuito de conduzir com maior facilidade a discussão inicial sobre os artefatos conforme os participantes fossem visualizando. Por fim, no terceiro momento os participantes retornavam a uma sala única no *Meet* e discutiam suas opiniões sobre os materiais analisados.

Devido às agendas cheias dos participantes, só foi possível realizar o GF em um dia. Por este motivo, além do momento síncrono, também ficou disponível um formulário via *Google Forms* para que os participantes pudessem dar um *feedback* mais elaborado de acordo com o que visualizassem posteriormente, visto que os materiais ficariam disponíveis para uma análise mais cuidadosa, pelo período de uma semana. O formulário foi estruturado com perguntas abertas, nas quais os participantes estariam livres para expressar suas opiniões, sugestões e críticas ao material analisado.

Os principais pontos discutidos pelos professores referem-se ao público-alvo da proposta, visto que os vídeos, por exemplo, possuem uma linguagem um pouco mais infantil do que acreditavam ser o melhor para o 8° ano. No entanto, a assistente social acredita que essa linguagem é melhor, pois facilita a inserção do tema de forma mais leve e confortável, sem deixar de atingir os resultados para o qual foi proposto. Dessa forma, chegou-se a um consenso que está adequado, mas que também pode ser adaptado para outras séries.

Outro ponto levantado pelos professores é a sugestão de incluir uma palestra realizada por algum profissional que tenha convívio direto com a problemática, por exemplo, um assistente social. Essa proposta deve-se a dois aspectos: (1) a possibilidade de um aluno ser vítima e se sentir mais à vontade com um estranho que seja da área, do que com o professor, com quem já possui uma relação mais próxima; e (2) ao sentimento de 'despreparo' em abordar o tema e, principalmente, lidar com uma possível revelação espontânea de algum aluno.

Esse despreparo é decorrente das lacunas na formação inicial docente, a qual não faz a inclusão de temas de cunho social, como a VSIJ, no Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos de licenciatura. Lessa e Mayor (2019) descrevem como muitos graduandos em licenciatura sentem-se despreparados para lidar com essa temática e o mesmo acontece como professores já atuantes na educação básica. Isso causa uma sensação de incapacidade e pode levar a omissão de casos devido a não saberem como agir.

Para vias de desenvolvimento e aplicação do PE, essa sugestão tornou-se extremamente válida e será analisada a possibilidade de incorporação na aplicação. Isso irá depender da disponibilidade de um profissional ir realizar esse momento de diálogo com os alunos. Caso não seja possível, como é realidade em muitos locais, será colocado como sugestão dentro do PE a realização de uma palestra com um profissional da área quando possível.

Quanto ao ponto de vista dos profissionais externos à escola, a assistente social, a enfermeira, a psicóloga e a advogada consideraram a SD como válida e bem elaborada para abordar o tema. A assistente social destacou como pontos principais da proposta a linguagem simples e clara e a apresentação da rede de proteção. A enfermeira entra em concordância e sugere estar preparada para possíveis mal-estar dos alunos, de forma a ter uma resposta rápida.

Em seus comentários, a psicóloga aprovou os artefatos, destacando que são eficazes e que alguns (como o semáforo) são usados dentro da psicologia para orientar o público infanto-juvenil. Por fim, a advogada aconselhou não esquecer de introduzir a região amazônica com mais ênfase e suas problemáticas, como dificuldade de acesso à informação e poucos órgãos fiscalizadores em determinadas regiões, como por exemplo, no Marajó.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos e analisamos os principais achados da pesquisa, com base nas atividades desenvolvidas com os alunos e na interação dos participantes com a temática da VSIJ. Inicialmente, em **4.1**, discute-se a diagnose dos conhecimentos prévios dos alunos, buscando compreender suas percepções iniciais sobre o tema. No **tópico 4.2**, aborda-se a roda de conversa sobre autoproteção e violência sexual infanto-juvenil (VSIJ), promovendo um diálogo reflexivo sobre os principais aspectos dessa violência.

Em **4.3**, é analisada a abordagem das HQs, tanto na leitura compartilhada quanto na produção de tirinhas pelos alunos, como estratégia para fomentar o pensamento crítico e a expressão criativa sobre a temática. Por fim, no **tópico 4.4**, apresentamos o jogo pedagógico "Trilha da Proteção", que resgata as discussões anteriores e reforça os mecanismos de denúncia, proporcionando um momento lúdico e educativo para a consolidação dos aprendizados.

4.1. DIAGNOSE DE CONHECIMENTOS PRÉVIOS

Falar sobre VSIJ em sala de aula é essencial para proteger crianças e adolescentes, além de promover um ambiente seguro e educativo. Esse tipo de discussão muitas vezes é encoberto por medo ou vergonha e tais situações foram perceptíveis durante o processo de diagnose realizado no primeiro encontro da SD ao notarmos que os alunos se retraíram ou começaram a fazer brincadeiras ao apresentarmos o tema.

Enquanto devolviam o questionário inicial, alguns alunos se aproximavam e diziam que não sabiam se tinham respondido corretamente, mas que achavam algo triste ou me perguntavam o porquê de falar sobre aquilo. Posteriormente, ao ler as respostas, entendi que muitos não sabiam direito do que se tratava essa violência, mas se sentiam desconfortáveis só em imaginar que aquilo seria muito ruim, tais como algumas respostas do Quadro 2.

Quadro 2: Respostas ao questionário de diagnose.

Você já ouviu falar de Violência Sexual contra crianças e adolescentes?	
Araçá	*Sobre isso eu não sei muito mas o que eu sei que é errado*
Açaí	*Violência sexual é crime, além de ser algo horrível*
Biribá	*Sei que é traumatizante e inevitável*
Ingá	*Eu sei que é errado e que pode causar muitas coisas ruins*
Tucumã	*Eu acho que violência com as crianças é horrível*

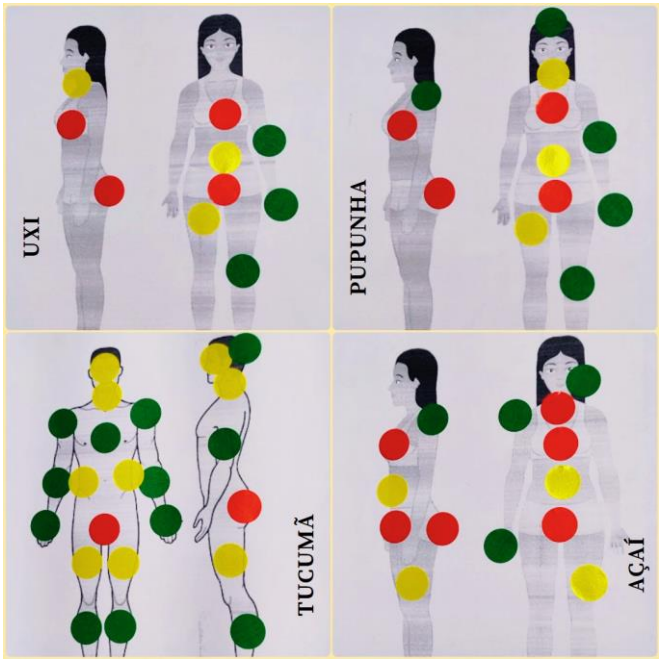
Outros alunos também se detiveram a expressar que acreditavam ser algo horrível, traumatizante e absurdo. Apenas três fizeram menção mais específica a como essa violência ocorre: Uxi descreve que ocorre quando a criança é forçada a ter relação, Muruci pontua que é causada por homens ou mulheres adultos e Pupunha destaca que pode vir de desconhecidos ou parentes. Nos três casos, eles descrevem posteriormente que receberam orientação sobre isso dos pais e que, caso suspeitem de algo, foram orientados a contar a alguém de imediato.

Ainda sobre orientações de autoproteção, a maioria dos alunos afirmou ter recebido em algum momento da vida, porém não sabiam detalhar o que lhes foi orientado ou quem orientou. De acordo com Alves *et al.* (2021), algumas abordagens sobre prevenção à violência sexual não são eficazes por diversos fatores que envolvem tanto a forma como o tema é abordado quanto a falta de informações adequadas. Em muitas famílias, por exemplo, o assunto é tratado de forma superficial, com orientações genéricas como "não fale com estranhos" ou "não aceite doces de desconhecidos".

Embora importantes, esse modelo de instrução não abrange todas as situações de risco, especialmente porque grande parte dos casos de violência sexual é cometida por pessoas conhecidas e próximas da vítima, como familiares, amigos ou vizinhos. Como destacam Muniz *et al.* (2023), essa falta de clareza pode deixar os jovens desinformados e, consequentemente, mais vulneráveis a situações de abuso. Além disso, algumas famílias utilizam abordagens baseadas no medo ou na punição, como "se alguém fizer isso, é culpa sua", o que não apenas é ineficaz, mas também prejudicial, pois reforça a culpabilização da vítima.

A ausência de uma educação sobre o corpo e o consentimento também compromete a prevenção à violência sexual. Muitas crianças crescem sem entender seus direitos sobre o próprio corpo e sem saber identificar comportamentos abusivos, o que dificulta que reconheçam situações de risco ou saibam como reagir. A definição de limites dos alunos apresentou certa constância sobre os locais do corpo em que não permitem o toque de outra pessoa sem justificativa plausível (Figura 8).

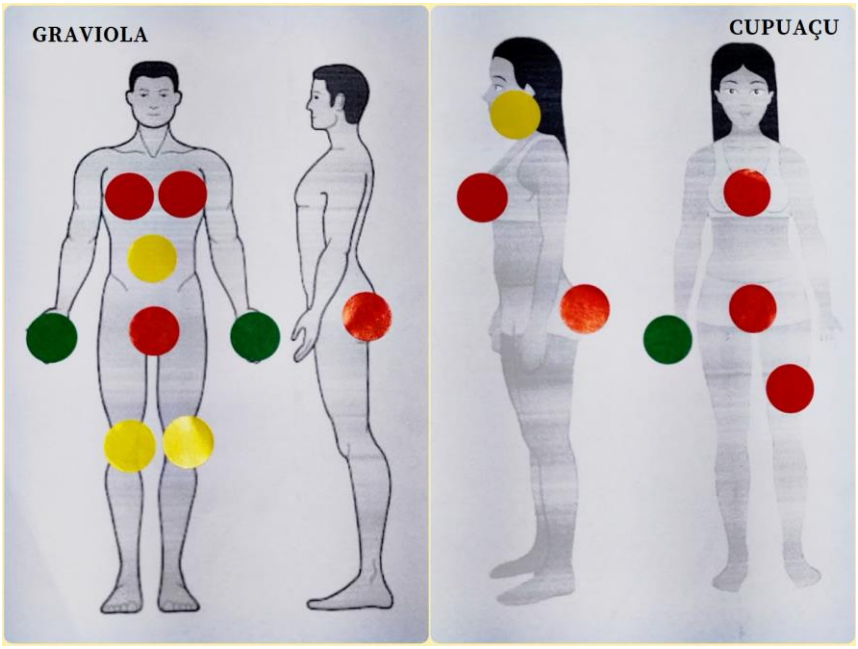
Figura 8: Percepção dos alunos sobre limites corporais na dinâmica do semáforo.



Fonte: Autoria própria.

Todos os alunos marcaram a região genital e os glúteos em vermelho como região proibida e, no caso das meninas, também marcaram a área dos peitos. O pescoço variou entre marcações amarelas e vermelhas e a barriga e coxas permaneceram em amarelo para quase todos. As únicas áreas verdes apontadas foram os membros superiores e, em alguns casos, parte da pena, alto da cabeça ou bochechas. Os que alunos que mais saíram da constante dos outros foram Graviola e Cupuaçu (Figura 9).

Figura 9: Percepção diferenciada de alunos na dinâmica do semáforo.



Fonte: Autoria própria.

Graviola, ao contrário dos outros meninos, também colocou a região dos peitos em vermelho, porque disse acreditar que não importa o sexo, os mamilos são sensíveis para todos e ninguém deve mexer. No caso de Cupuaçu, a aluna destacou que não gosta muito de contato físico e detesta quando alguém a toca sem permissão, não importa onde seja ou quem o faça. Ela apenas cumprimenta dando as mãos, pois diz que cada um deve manter seu espaço pessoal e o dela é maior que a maioria das pessoas.

Perguntamos aos dois se já haviam recebido alguma orientação sobre isso ou foi algo que eles mesmos já tinham desde sempre. Graviola disse que acha que sempre foi assim, sendo criado com a mãe e as irmãs, viu elas tendo esses cuidados e passou a ter também. Cupuaçu deu uma resposta semelhante, destacando que a mãe sempre falou com ela sobre manter o respeito com o próprio corpo e, por isso, só permite que pessoas muito específicas a toquem mais.

A maior facilidade em receber orientações sobre autoproteção ou falar sobre sexualidade com as mães, em comparação com outras pessoas da família, está geralmente ligada ao papel tradicionalmente associado às mães como figuras de cuidado, acolhimento e proximidade emocional. Como destaca Lima *et al.* (2023), as mães, em muitos casos, estão mais presentes no cotidiano e demonstram maior abertura para conversas sobre assuntos pessoais, enquanto outras figuras familiares, como pais, avós ou irmãos, podem ser vistas como mais distantes ou até mesmo rígidas ao tratar desses temas.

De forma geral, novamente a família é evidenciada como o primeiro ambiente ideal para ensinar sobre respeito ao próprio corpo, limites pessoais e a importância do consentimento. Além disso, como descrevem Muniz *et al.* (2023), o diálogo aberto e contínuo dentro da família cria um ambiente de confiança, permitindo que as crianças e adolescentes se sintam seguros para compartilhar dúvidas, medos ou experiências sem medo de julgamento ou punição. A escola vem como segundo ambiente principal, onde o professor pode atuar através de estratégias que favoreçam o diálogo aberto, como a que realizamos em seguida à diagnose.

4.2. RODA DE CONVERSA SOBRE AUTOPROTEÇÃO E VSIJ

Como percebemos que a maioria dos alunos não havia tido contato mais profundo com a temática e alguns não tiveram nenhum, resolvemos realizar uma discussão desde a base da Educação Sexual para, assim, conseguirmos debater sobre a VSIJ de forma mais fluida. (infelizmente, devido ao laboratório de ciências ser a única sala disponível no dia e o espaço ser menor, não foi possível fazer organização dos alunos em círculo). Dessa forma, iniciamos a roda de conversa de forma mais ampla com o questionamento "Para você, o que é sexualidade?".

A princípio, os alunos se envergonharam, olhavam uns para os outros, davam cochichos e risinhos, empurrando um ao outro para falar. O desconforto dos alunos pode estar ligado a diversos motivos relacionados a fatores culturais, emocionais e sociais. Uma das principais razões é o tabu que cerca o tema na sociedade, onde assuntos relacionados ao corpo, sexualidade e violência são frequentemente tratados como algo proibido ou constrangedor. Em concordância, Miranda e Campos (2022) destacam que essa falta de diálogo aberto cria um ambiente em que os jovens têm dificuldade em abordar o assunto, por não estarem acostumados ou por temerem o julgamento dos outros.

Quando o primeiro aluno, o Tucumã, disse acreditar ser algo relacionado ao tipo de pessoa que alguém sente atração, aos poucos outros alunos começaram a falar sobre questões de gênero. Os principais termos citados foram: "gênero", "orientação sexual", "gays" e "lésbicas". Após isso, indagamos se sexualidade seria só relacionado ao grupo LGBTQIAPN+ ou se haviam outros aspectos que poderíamos falar. Foi então que o aluno Jambo falou a palavra sexo, provocando uma série de risos na sala.

Em meio às risadas, perguntei o porquê de acharem tão engraçado algo que é totalmente natural, então falaram que é por ninguém fala disso assim. Desse momento em diante, os alunos

passaram a se expressar melhor durante a conversa e discutimos sobre todos os aspectos relacionados à sexualidade. Como aponta Damasceno, Brito e Silva (2024), a própria postura de educadores ou responsáveis ao abordar o tema pode influenciar a reação dos alunos. Se a abordagem não for acolhedora, respeitosa e com sensibilidade, os estudantes se sentirão ainda mais retraídos.

Encerrada a primeira discussão, levantamos a questão "O que é Autoproteção?" e imediatamente os alunos Uxi e Castanha falaram a palavra "camisinha". Seguindo a ideia dos dois, outros alunos falaram sobre métodos contraceptivos como o anticoncepcional em pílula ou injetável e a pílula do dia seguinte. Algumas alunas inclusive destacaram que tomam o contraceptivo hormonal por causa de problemas de saúde que preferiram não especificar.

Perguntamos se autoproteção estaria ligada somente a isso e responderam que não, porém não sabiam dizer outra coisa que estaria relacionada. Após isso, iniciamos a transmissão dos três curtas-metragens (Figura 10).

Figura 10: Momento da transmissão dos curtas-metragens.



Fonte: Autoria própria.

Finalizados os curtas, abrimos o espaço para que eles expusessem suas impressões sobre o que foi abordado. A aluna Uxi novamente foi uma das primeiras a se posicionar, disse que já recebeu mensagens de estranhos no *Instagram* e *Facebook*, mas que nunca respondeu e bloqueava os perfis. Outras três meninas ao redor, Açaí, Inajá e Cupuaçu, concordaram com Uxi ao declararem que já ocorreu com elas também. Com base nisso, perguntei aos meninos se isso já havia acontecido com algum deles e todos responderam em negativo.

França (2024) destaca que a incidência de assédio sexual na internet é maior com meninas devido a uma combinação de fatores sociais, culturais e estruturais que perpetuam desigualdades de gênero e colocam meninas em situações de maior vulnerabilidade.

Historicamente, meninas e mulheres são objetificadas em diversas culturas, o que reforça estereótipos de submissão e hiperssexualização desde cedo. Esses estereótipos se traduzem no ambiente virtual, sendo frequentemente alvos de comportamentos abusivos, como mensagens inapropriadas, comentários sexualizados e solicitações de imagens íntimas.

Outro fator é a dinâmica de poder entre gêneros fazer com que os agressores, em sua maioria homens, vejam meninas como alvos mais fáceis devido a questões como idade, inexperiência e, muitas vezes, menor assertividade em se impor diante de situações de abuso. De acordo com Serpa e Felipe (2023), a pressão social para que meninas sejam simpáticas, educadas e receptivas também pode dificultar que elas reconheçam e rejeitem abordagens abusivas, especialmente em ambientes online, onde os limites entre interações apropriadas e inadequadas podem ser mais confusos.

No entanto, mesmo com a tendência maior às vítimas serem do sexo feminino, não devemos desconsiderar o discurso dos alunos, é necessário estimulá-los a repensar situações do cotidiano que podem ser abusivas a eles. Por esse motivo, após declararem nunca ter passado por assédio virtual, indagamos se eles reconheceram alguma situação dos curtas-metragens que pode ter acontecido com eles ou com alguém próximo. Novamente, todos responderam que não.

Com base na negativa deles, mostramos um quadro com exemplos de situações em que a violência sexual pode ocorrer (Figura 11). Além disso, também pontuamos os tipos de violência (intrafamiliar e extrafamiliar), que o abusador pode ser um adulto ou adolescente mais velho, o que seria exploração sexual e alguns possíveis sintomas que uma vítima pode apresentar.

Figura 112: Esquema das situações apresentadas aos alunos em que a VSIJ pode acontecer.



Fonte: Autoria própria.

Após a explicação sobre as formas que a VSIJ pode ocorrer, falamos o quantitativo total de casos no Brasil do ano anterior e perguntamos se eles achavam que a região amazônica tinha muitos ou poucos casos. As opiniões foram divididas, então explicamos as especificidades da região e, para finalizar a aula, falamos que íamos passar um vídeo sobre uma situação aqui do Pará. Foi então que transmitimos a reportagem sobre o caso das "Meninas Balseiras" da cidade Melgaço, no Marajó[2].

Finalizada a apresentação da reportagem, notamos que alguns alunos, tanto meninas quanto meninos, ficaram pensativos quanto às formas que a VSIJ pode ocorrer e alguns se detiveram a comentar que era algo triste o que acontecia com as meninas. Sabíamos que, caso tivessem se reconhecido ou outra pessoa em alguma das situações citadas, falar sobre isso poderia ser constrangedor. Dessa forma, encerramos essa primeira fase de discussões e avisamos que deixaríamos a caixa de perguntas anônimas à disposição durante toda a semana que se seguiu até o segundo encontro da SD.

Como resultado a isso, na semana seguinte havia três papéis na caixa, todos sem identificação. O primeiro dizia: *"meu namorado quer transar comigo mas eu ainda não quero, o que eu faço?"*. O segundo: *"minha prima gostava botar a mão no meu pinto quando vinha*

[2] Link de acesso à reportagem: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/08/criancas-sao-vitimas-de-exploracao-sexual-na-ilha-do-marajo-no-para.html.

pra cá e eu gostava porque achei legal eu ser logo um pegador, não sabia que era errado assim, tia". E o terceiro: *"prof os moleques aqui da turma vivem pegando um no pau do outro fazendo graça e as vezes querem tirar com a gente também"*.

A partir do segundo bilhete anônimo, abordando um comportamento que já havíamos observado nos corredores da escola, podemos refletir sobre a dificuldade em dialogar com meninos sobre violência sexual por uma série de fatores culturais, sociais e emocionais que contribuem para o silêncio e a subnotificação. O principal motivo, normalmente, é o estigma social relacionado à masculinidade. Esse estereótipo faz com que eles tenham dificuldade em reconhecer e relatar situações de abuso, por medo de serem vistos como fracos, impotentes ou diferentes das expectativas impostas pela sociedade (Serpa; Felipe, 2023).

O hábito de tratar o sexo como brincadeira também pode levar os meninos a minimizarem seus próprios sentimentos de desconforto ou confusão com alguns comportamentos, como o citado no terceiro bilhete anônimo, muitas vezes interpretando o ocorrido como algo que deveriam aceitar sem questionar. Além disso, a pressão social para que os meninos aceitem ou até celebrem avanços sexuais, mesmo quando inadequados ou não consentidos, contribui para a confusão sobre o que constitui uma experiência abusiva.

Atualmente também existe uma pressão social para que meninas iniciem a vida sexual mais cedo, como caso do primeiro bilhete, embora essa pressão se manifeste de forma diferente em comparação aos meninos. Desde cedo, elas são frequentemente expostas a padrões de beleza e comportamento que vinculam sua autoestima e aceitação social à sua aparência física e ao quanto são consideradas atraentes ou desejáveis. Assim, as meninas podem sentir a necessidade de corresponder às expectativas irreais, incluindo a ideia de que precisam estar emocionalmente ou sexualmente "maduras" antes do tempo, favorecendo os casos de VSIJ.

4.3. TRABALHANDO COM HQS

O foco de abordagem no segundo encontro da SD concentrava-se na discussão mais específica das situações em que a VSIJ pode ocorrer. Tendo como base o primeiro encontro e as dúvidas dos alunos, decidimos que, ao abordar as histórias contidas nos quadrinhos de Umuaraminha, desenvolver discussões maiores sobre os "relacionamentos" que alguns jovens nessa idade já apresentam, bem como as "brincadeiras" que invadem o espaço íntimo do outro.

Recriamos a roda de conversa e iniciamos a aula instigando-os a relembrar o que havíamos discutido anteriormente. Uxi e Graviola foram os primeiros a falar, descrevendo

características da VSIJ, como o fato de acontecer muito com pessoas da família e que não precisa ter toques físicos para ocorrer. Tucumã também complementou que, quando envolve dinheiro, é considerado exploração sexual.

Após a fala de Tucumã, Biribá, que até então não havia falado nas aulas, contou que já viu várias meninas do bairro se "prostituindo" em uma área perto da universidade federal quando volta do futebol durante a noite e outros alunos concordaram. Em primeiro lugar, destacamos que não podemos usar o termo prostituição, porque, com crianças e adolescentes, esse tipo de ato é crime. Em seguida, orientamos sobre o que deve ser feito caso ele veja isso acontecer novamente e Biribá respondeu que pediria ajuda aos pais para denunciar.

Como destaca Freire (1967), o diálogo é essencial para que o aluno reconheça os problemas ao seu redor e desenvolva a capacidade de falar sobre eles. Quando o espaço para o diálogo é ampliado, cria-se um ambiente em que os alunos são incentivados a refletir criticamente sobre suas realidades e a compartilhar suas perspectivas. Esse processo de reflexão e expressão fortalece a conscientização dos alunos sobre as contradições e desafios sociais que enfrentam, promovendo uma compreensão mais profunda de seu papel como agentes de transformação.

Marcuse (2014) acredita que é necessário encorajarmos os alunos a identificarem os problemas de sua comunidade de forma a transcenderem os tabus da sociedade, possibilitando a construção coletiva de soluções, transformando a educação em um instrumento para a emancipação e a mudança social. Dessa forma, ao abrir espaço para que os alunos expressem suas vivências, dúvidas e percepções, os educadores podem ajudar a romper o silêncio que muitas vezes cerca a VSIJ, permitindo que os alunos reconheçam situações de risco e saibam como buscar ajuda.

Nessa perspectiva, iniciamos a roda de leitura das HQs pela história denominada "Trauma", na qual Tucumã, Abiu e Camapu deram voz aos personagens e Pupunha foi a narradora. Ao final da leitura, perguntei quais pontos principais eles observaram na história. Pupunha começou declarando que ficou bem triste por o abusador ser o pai do garoto, os meninos concordaram e complementaram que deu para perceber sintomas de tristeza e medo na vítima, facilitando a denúncia.

A segunda história, "Carinho?", foi interpretada por Patauá, Muruci e Pajurá. Ao final, Patauá pediu para começar e disse que os meninos da turma vivem nessas *"pataquadas"* e já deu *"uns bons tapas"* em alguns que foram fazer com ela, porque *"só assim pra aprender"*.

Iniciamos, então, uma discussão sobre não ser brincadeira a invasão do espaço pessoal alheio e, também, que não devemos usar violência para resolver as situações.

Alguns alunos tendem a tentar resolver "brincadeiras" de mau gosto com violência devido a uma combinação de fatores que influenciam suas respostas a situações de conflito. No caso de Patauá, quando perguntamos o porquê de responder dessa forma, ela disse que foi a orientação que recebeu em casa. Como destaca Freire (2005), para transformar uma realidade, é essencial promover um ambiente escolar que valorize o diálogo, o respeito e a resolução pacífica de conflitos, sendo o ponto principal para uma educação sexual emancipatória.

Na terceira história, “Monstro!”, as alunas Uxi, Ajuru e Camu interpretaram as personagens e Araçá foi o narrador. As meninas ficaram tristes por a vítima ser uma garota tão pequena e Camu destacou que, se fosse com ela, a mãe nem perceberia, pois mal se falam. Conversamos mais um pouco sobre a importância do diálogo com a família e mais cinco alunos disseram também não ter boa relação com os responsáveis por se sentirem deixados de lado (situações repassadas à coordenação posteriormente, para encaminhá-los à psicóloga da escola).

Açaí, Inajá e Pupunha deram voz às personagens da história quatro, “Redes!”, onde levantamos novamente a discussão sobre o cuidado nas redes sociais. Aproveitamos, também, para entrar no assunto dos “relacionamentos” na faixa etária dos alunos (13-15 anos). É importante não começar julgando como certo ou errado de imediato, pois pode retraí-los. Então, iniciamos falando sobre a questão da pressão social, como a hipersexualização feminina e pressão para provar masculinidade, finalizando com aspectos um pouco mais jurídicos do que é legalmente proibido, bem como da imposição de limites entre casais.

As histórias cinco, “Denuncie!”, e seis, “Alertas!”, foram lidas de forma seguida por Castanha, Biribá e Cupuaçu, para então abrirmos espaço para possíveis dúvidas ou posicionamentos. Castanha começou falando sobre nunca ter pensado na possibilidade de acontecer algo do tipo em banheiros públicos, mas pensar agora sobre isso tornava meio óbvio. E Uxi disse que sempre teve medo de animadores de festa infantil tentarem fazer algo do tipo com ela ou com outras crianças.

A utilização das HQs se demonstrou uma ferramenta valiosa para abordagem da VSIJ, pois, ao combinar elementos visuais, narrativos e utilizada de forma interativa, facilitou a discussão de temas complexos de maneira acessível e atraente. Tal qual destaca Cunha (2020), as HQs têm o potencial de abordar assuntos sensíveis como a violência sexual de forma lúdica e didática, utilizando personagens e situações fictícias para criar um ambiente seguro e distante

da realidade imediata dos leitores. Isso permitiu que os alunos refletissem sobre o tema sem se sentirem diretamente expostos ou desconfortáveis.

Além disso, HQs permitiu o desenvolvimento de empatia ao colocar os alunos na perspectiva dos personagens que enfrentaram desafios ou estavam em situações de risco. Isso ajuda a construir um senso de solidariedade e compreensão, promovendo comportamentos de apoio mútuo e rejeição à violência. ´De acordo com Volpato *et al.* (2024), por serem materiais que podem ser trabalhados coletivamente em sala de aula, os HQs também incentivam o diálogo aberto entre alunos e educadores, criando um espaço seguro para que dúvidas e preocupações sejam discutidas.

Finalizadas as histórias, iniciamos a etapa de produção de tirinhas sobre a temática. Em negociação com a turma, estabelecemos que a atividade poderia ser feita em duplas ou individualmente. Como o tempo de aula já estava finalizando, os alunos apenas iniciaram suas histórias e às trariam na semana seguinte para exposição conjunta.

Passada a semana, no último encontro na SD, realizamos a socialização das doze tirinhas preparadas pelos alunos. Subdividimos elas em dois grupos de histórias: informacional e situacional. Nas informacionais, como exemplo na Figura 12, eles trouxeram recomendações sobre como se proteger dessa violência. A tirinha A, feita por Graviola e Uxi, buscou alertar aos pais acerca a importância da orientação sobre os limites corporais e ainda fez menção ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Figura 12: Exemplos de tirinhas criadas pelos alunos na perspectiva informacional.



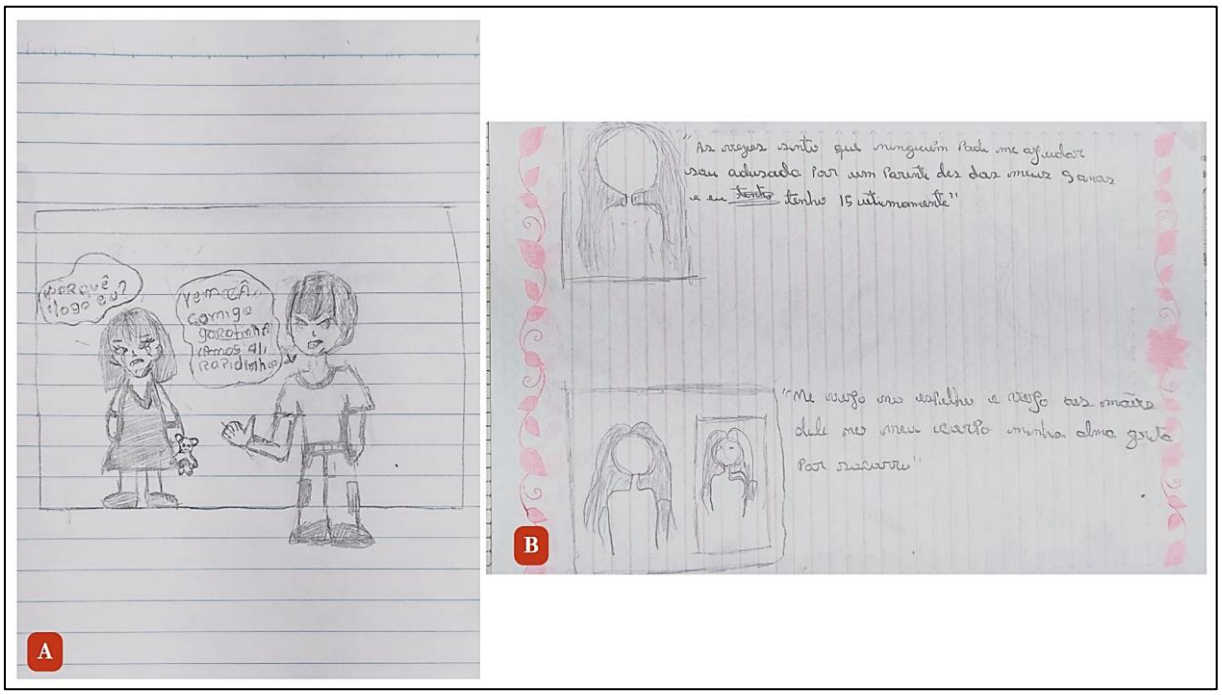
Fonte: Autoria própria.

A tirinha B, elaborada por Ajuru e Camu, segue uma linha parecida, mas as alunas explicaram que queriam direcionar aos adolescentes que podem estar vulneráveis à VSIJ. Mesmo direcionadas à públicos diferentes, conseguimos visualizar pontos principais de prevenção à violência sexual em todas as sete histórias do grupo informacional, seja destacando onde e como pode ocorrer ou trazendo orientações de como agir perante a uma situação perigosa.

A produção de tirinhas pelos alunos envolve os jovens de forma ativa e criativa no processo de aprendizado. Ao criar suas próprias tirinhas, os alunos tiveram a oportunidade de refletir profundamente sobre o tema, explorar conceitos como consentimento, limites pessoais e direitos, e traduzir essas ideias em histórias que ressoem com suas realidades. Essa abordagem permite um entendimento mais significativo, pois os jovens assimilam os conhecimentos enquanto os aplicam de maneira prática.

As outras cinco histórias, desenvolvidas com viés situacional, destacaram a percepção da vítima sobre o ocorrido, como nos exemplos da Figura 13. Tanto a tirinha A, elaborada por Biribá, e a tirinha B, criada por Inajá, exploram o trauma psicológico com sentimentos de tristeza, medo e desesperança.

Figura 13: Exemplos de tirinhas criadas pelos alunos na perspectiva situacional.



Fonte: Autoria própria.

A tirinha de Inajá apresentou uma percepção muito profunda sobre os sentimentos da vítima após a violência, despertando um alerta. Buscamos sondar de forma indireta a sua motivação ao criar a história e a aluna descreveu que a mãe confessou a ela que já havia sofrido violência sexual anos atrás, porém, sentimos apreensão em sua voz. Dessa forma, informamos a coordenação e encaminhamos a aluna para a psicóloga da escola, visto que perguntar mais naquele momento poderia fazê-la se sentir pressionada e ela se fechar.

Em outro ponto, percebemos que a criação das tirinhas desenvolveu tanto a conscientização quanto a empatia nos alunos ao estimular reflexões e promover uma conexão emocional com o tema. Ao abordar a conscientização, os alunos foram levados a entender o que constitui violência sexual, como identificar comportamentos abusivos e quais são os direitos das crianças e adolescentes em relação à proteção e ao respeito ao corpo.

Por outro lado, o desenvolvimento da empatia ocorre pela criação de personagens e situações que refletem experiências reais ou possíveis vivências de outras pessoas. Nesse processo, eles precisam se colocar no lugar de quem enfrenta situações de vulnerabilidade, compreendendo os sentimentos de medo, vergonha, confusão ou impotência que podem surgir em casos de violência sexual. Essa perspectiva ajuda a desconstruir julgamentos e preconceitos, promovendo maior sensibilidade e solidariedade em relação às vítimas.

A produção de tirinhas também estimula a capacidade de questionar, pois, ao refletirem sobre situações de violência, os alunos são incentivados a desafiar estruturas sociais que legitimam ou silenciam esse tipo de abuso. Esse processo crítico ajuda a desconstruir preconceitos e estereótipos de gênero que muitas vezes estão na raiz da violência sexual. Em concordância à Freire (1967) e Marcuse (2009), é necessário promover uma educação que permita às pessoas compreenderem a si mesmos enquanto seres transformadores e críticos na sociedade e, ao promover uma educação sexual emancipatória, entenderem sua própria sexualidade de forma livre de tabus, preconceitos e repressões.

4.4. MECANISMOS DE DENÚNCIA PELA "TRILHA DA PROTEÇÃO"

No último encontro também foi realizada a aplicação do jogo "Trilha da Proteção" (Figura 14), com o objetivo de abordar de forma dinâmica os principais mecanismos de denúncia, bem como relembrar conceitos trabalhados anteriormente. Os alunos foram divididos em grupos e faziam rotação após cada partida para que todos tivessem a oportunidade de participar.

Figura 14: Aplicação do jogo "Trilha da Proteção" com a turma.



Fonte: Autoria própria.

Durante a aplicação do jogo, cada vez que um aluno parava em uma casa de instituição, perguntávamos onde ele poderia fazer a denúncia. Em 100% das vezes, respondiam imediatamente "polícia". A partir disso, nós apresentávamos outros locais em que a denúncia

de um caso de VSIJ poderia ser realizada, como o Disque 100, o conselho tutelar, o SUS e, no caso do Pará, nas Usinas da Paz, através da Fundação PARAPAZ.

Dentre os locais mencionados, os alunos conheciam apenas o conselho tutelar, o SUS e as usinas, declarando que nunca haviam ouvido falar sobre o Disque 100. Falamos que existem várias propagandas, principalmente na TV aberta, sobre esse mecanismo. No entanto, obtivemos como resposta que o local em que eles mais têm acesso à informação, nas redes sociais, não chega até eles esse tipo de informação e eles nunca pensaram em procurar. Então sugerimos alguns perfis, como a *Childhood Brasil*, que fornece informações valiosas e verídicas sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

A resposta dos alunos reflete uma dinâmica complexa das plataformas digitais, onde o conteúdo muitas vezes é guiado por algoritmos que priorizam engajamento, cliques e compartilhamentos (Kaufman; Santaella, 2020). A hipersexualização, por exemplo, promovida através de imagens, vídeos e narrativas que exploram a sexualidade de forma exagerada ou objetificante, geralmente atrai mais atenção e interação por parte dos usuários, o que a torna um conteúdo amplamente distribuído e visível. Em contraste, materiais educativos e informativos, como campanhas de prevenção à violência sexual, frequentemente têm menos alcance, sendo considerados menos "atrativos" para o público em geral.

Outro ponto visualizado no jogo consiste na construção do conhecimento sobre os aspectos específicos da VSIJ. Durante as partidas, os alunos respondiam perguntas referentes a como a violência ocorre, quais os tipos, quais formas o abusador pode utilizar para prender a vítima e alguns dos sintomas que podem transparecer de alguém que a sofreu. Mesmo quando algum deles não lembrava a resposta, seu grupo se reunia e respondiam em conjunto.

Esse aspecto também foi perceptível nos questionários de feedback, pois todos os alunos conseguiram responder, à sua madeira, o que seria a violência sexual, quais cuidados eles devem ter e como pedir ajuda. Alguns, como Uxi e Pupunha, fizeram questão de destacar o quanto o horrorizavam a VSIJ, pois causava muitos danos emocionais. E mais da metade deles citavam a educação sexual como um dos cuidados para a prevenção da violência.

Com base nas respostas e no comportamento dos alunos durante toda a SD, evidenciamos que a utilização de estratégias lúdicas promove uma aprendizagem ativa, onde os alunos se envolvem diretamente no processo, experimentando e interagindo com o conteúdo de maneira prática, o que facilita a compreensão e a retenção do conhecimento. Em concordância,

Luckesi (2023) enfatiza que a ludicidade não é apenas uma atividade externa, mas uma experiência interna que pode enriquecer o processo de aprendizagem.

Essas atividades também incentivaram a interação entre os alunos, promovendo a colaboração e o trabalho em equipe, fundamentais para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para a construção de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acolhedor. O uso de estratégias didáticas lúdicas também aumenta a motivação e o engajamento dos alunos, tornando o aprendizado mais prazeroso; quando se divertem enquanto aprendem, eles tendem a se envolver mais profundamente com o conteúdo (Modesto; Silva; Fukui, 2020).

Ademais, utilizar atividades lúdicas estimula o pensamento crítico e a criatividade ao permitir que os alunos explorem diferentes soluções e abordagens para os problemas, contribuindo para a formação de indivíduos mais autônomos e inovadores. Por fim, essas estratégias permitiram que os alunos contextualizassem o conhecimento, relacionando-o com suas experiências e realidades, o que tornou o aprendizado mais significativo e relevante, facilitando a aplicação do que foi aprendido em situações do dia a dia.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O PE é o resultado de processo de pesquisa no formato de um guia didático-pedagógico voltado à alunos de 8° ano do ensino fundamental. Ele está estruturado na categoria de Material Didático Instrucional, conforme orientação da Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior (CAPES), de forma que atenda as cinco "erres" (r) de liberdades desejadas: reusar, revisar, remixar, redistribuir e reter (Rizzatti *et al.*, 2020).

O guia será disponibilizado no formato digital por possibilitar um alcance maior e permitir que mais professores tenham acesso a tais estratégias. Tal motivação também surge da inexistência de um produto educacional que seja direcionado a propor estratégias de abordagem da temática em sala na Amazônia. Ao pesquisar na plataforma "eduCAPES" as palavras "violência sexual infanto-juvenil" e "ensino de ciências na Amazônia" (usando o filtro "livro digital") aparecem 545 resultados, mas apenas um fala verdadeiramente dessa violência: Thiengo e Silva (2019).

Esse PE configura-se como um guia de orientação ao professor sobre a temática, focando no processo formativo. Outros dois, com coautoria de Thiengo, abordam sexualidade com enfoque em questões de gênero e métodos contraceptivos (Araújo; Comarú; Thiengo, 2018; Thiengo; Ribeiro, 2019). No entanto, o PE de Thiengo e Ribeiro (2019) traz, enquanto guia didático-pedagógico, uma organização proveitosa que consiste em primeiro descrever o tema alvo e, em seguida, propor atividades que possam ser utilizadas para abordá-lo. Dessa forma, usando-o como inspiração, o guia didático-pedagógico para violência sexual infanto-juvenil irá propor atividades de abordagem do tema.

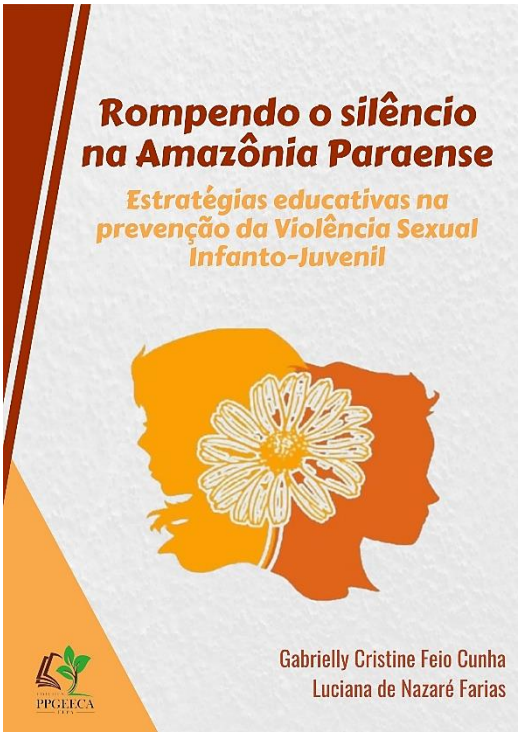
Os requisitos para o PE consistem na sua utilização por professores de ciências da educação básica que pretendem abordar a temática em suas aulas e ser direcionado a alunos do ensino fundamental. Para isso, os parâmetros necessários referem-se ao uso de estratégias e materiais lúdicos para provocar o interesse, desenvolver meios nos quais os alunos possam tirar suas dúvidas sem sentirem-se constrangidos por ser um assunto sensível e promover uma forma de avaliação que os alunos possam utilizar sua criatividade e criticidade para o tema.

5.1 ORGANIZAÇÃO DO PE

O PE é intitulado **"Rompendo o silêncio na Amazônia Paraense: estratégias educativas na prevenção da Violência Sexual Infanto-Juvenil"** e evidencia a busca em

acabar com a cultura do silêncio enraizada na região amazônica. Além disso, sua capa (Figura 15) evoca elementos da campanha nacional "Faça Bonito", com a paleta de cores em tons laranja e a flor símbolo da campanha representada ao centro da silhueta de duas crianças. Cabe ressaltar que as silhuetas compõem uma menina e um menino, para destacar que meninos também podem sofrer dessa violência e não devem ser negligenciados.

Figura 15: Capa do Produto Educacional.



Fonte: Autoria própria.

A estrutura interna do PE será organizada em dois capítulos principais: o primeiro refere-se à caracterização da Violência Sexual Infanto-Juvenil na Amazônia e o papel do professor na rede de proteção; e o segundo apresenta o referencial teórico-metodológico, descrevendo cada um dos três encontros da SD. Além deles, serão estruturados os devidos elementos pré-textuais e pós-textuais do PE.

Na *Apresentação*, é descrita a finalidade do guia, bem como sua estruturação e replicabilidade. Em seguida, no tópico "*Vamos falar sobre Violência Sexual Infanto-Juvenil?"*, são discorridos os principais aspectos dessa violência, bem como sua incidência e especificidade na região amazônica no tópico *"Violência Sexual Infanto-Juvenil na Região Amazônica"* e o papel do professor dentro da rede de proteção à criança e ao adolescente em *"Sou professor de Ciências, como posso atuar nesse combate?"*. A primeira parte é finalizada com o *"Referencial Teórico"* destacando a educação sexual emancipatória.

O *Referencial Teórico-Metodológico* refere-se à descrição da Sequência Didática conforme os pressupostos de Zabala (1998). Em seguida, os próximos três capítulos trazem a esquematização dos três encontros elaborados para a SD, descrevendo os artefatos didáticos utilizados e a forma como foram aplicados em cada etapa da sequência, para que possam ser replicados ou adaptados de acordo com a necessidade e realidade dos professores.

A partir da abordagem do tema da violência sexual infanto-juvenil de forma lúdica e acessível proposta pelo PE, espera-se que os alunos possam compreender os cuidados que devem ter com o próprio corpo, os limites que devem ser impostos e que não são obrigados a aceitar situações desconfortáveis e invasivas apenas por ser realizadas por alguém mais velho que diz ser algo bom. Esse empoderamento trará benefícios tanto ao aluno individualmente quanto à sociedade como um todo, pois estimula a formação de um pensamento crítico sobre a realidade em que vive.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, a aplicação da Sequência Didática evidenciou que estratégias educativas estruturadas, quando adaptadas às necessidades do público-alvo, têm grande potencial para promover conscientização e diálogo sobre a temática. No que tange aos objetivos específicos, foi possível analisar tanto as limitações quanto as potencialidades das estratégias educativas no contexto amazônico, identificando desafios como a carência de orientações prévias e a resistência inicial dos alunos em abordar o tema, mas também destacando o impacto positivo de recursos lúdicos na superação dessas barreiras. Além disso, os recursos didáticos utilizados mostraram-se acessíveis e adequados, contribuindo para a criação de um ambiente educativo mais inclusivo e engajante.

Os resultados também revelaram o alto potencial de interatividade e dialogicidade proporcionado pelo uso dos curtas-metragens, das tirinhas e do jogo na abordagem da VSIJ. A SD não apenas promoveu a participação ativa dos alunos, mas também facilitou o desenvolvimento de reflexões críticas sobre o tema, especialmente em um contexto em que a maioria dos estudantes nunca havia recebido orientações de autoproteção e demonstrava receio em discutir a questão. Assim, abordar a VSIJ em sala de aula mostrou-se essencial, não apenas para conscientizar, mas também para empoderar crianças e adolescentes a identificar situações de risco e buscar ajuda, promovendo uma educação sexual emancipatória.

Como pesquisadora, considero esta experiência de extrema importância para minha formação continuada. A vivência com os alunos foi transformadora, pois não apenas permitiu aprofundar minha compreensão sobre as práticas pedagógicas, mas também me levou a refletir sobre minha atuação e a buscar constantemente formas mais eficazes e acessíveis de trabalhar temas sensíveis em sala de aula. A interação com os estudantes e a percepção de como a abordagem lúdica impactou suas reflexões reforçaram meu compromisso com a educação como ferramenta de transformação social.

A pesquisa também abriu novos horizontes para o desenvolvimento de trabalhos futuros. Pretendo aprofundar minhas investigações sobre estratégias pedagógicas inovadoras para abordar a violência sexual e outros temas sensíveis em sala de aula, adaptando-as a diferentes contextos e realidades. Além disso, tenho o desejo de colaborar para a formação de outros educadores, compartilhando as aprendizagens dessa experiência e promovendo debates que fortaleçam o papel da escola na proteção de crianças e adolescentes. Acredito que a educação é

uma ferramenta poderosa para transformar realidades e construir uma sociedade mais segura, consciente e comprometida com os direitos das nossas crianças e jovens.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rayssa Stéfani Sousa *et al.* Adolescent pregnancy: Contributions of health professionals to sexual and reproductive education. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11282. Acesso em: 15 jan. 2024.

ARAÚJO, Brenda Odete Pfeifer de; COMARÚ, Michele Waltz; THIENGO, Edmar Reis. **Educação sexual mais humana e emancipatória: uma proposta de ação**. Vitória: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018.

ARAUJO, Fabiana Sofa; LIMA, Teófilo Lourenço de. Violência Sexual Infantojuvenil: aspectos psicossociais e mecanismos de prevenção. **NATIVA - Revista de Ciências, Tecnologia e Inovação**, v. 5, n. 1, p. 139–148, 2023. Disponível em: https://jiparana.emnuvens.com.br/riacti/article/view/1139. Acesso em: 13 abr. 2024.

BATISTA, Bruna F *et al.* Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista?. *In*: SÁ, Patrícia; COSTA, Antônio Pedro; MOREIRA, Antônio (org.). **Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados**. 1. ed. Aveiro: UA Editora, 2021. v. 2, p. 13–36.

BITENCOURT, Cezar roberto. **Tratado de Direito Penal**. 15 ed. v. 4. Bela Vista: Saraiva Educação, 2021.

BITENCOURT, Cézar Roberto. **Tratado de Direito Penal: Crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública**. 16 ed. v. 4. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BRASIL. **Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes - abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília: Governo Federal, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Rio de Janeiro: Imprensa Oficial**: Brasil, n. 8.069, p. 230, 13 jul. 1990.

BRASIL. **Lei da Escuta Especializada**. Brasil: 4 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 13 abr. 2024.

BUENO, Samira *et al.* A explosão da violência sexual no Brasil. *In*: **17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. p. 154–160.

CACAU, Claudiney Lofiego; OLIVEIRA, Márcio de; SILVA, Iolete Ribeiro da. A política pública de educação e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus/AM: desafios diante das legislações. **Horizontes**, v. 39, n. 1, 2021. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1144. Acesso em: 6 jun. 2023.

CAMPOS, Denise Carvalho; URNAU, Lílian Caroline. Sexual Exploitation Of Children And Adolescents: A Reflection Of The Role Played By Schools. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. 1–9, 2021.

CARGNIN, Júlia Souza Santos *et al.* Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental. **Revista de Saúde Pública**, n. 55:92, 2021.

CASTRO, Avelina Oliveira de. **Crias de abusos na Amazônia: análise dos discursos da imprensa paraense de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2017.

CÉZAR, Amanda Cordeiro de Melo Souza *et al.* A utilização do curta metragem "Que Saco!" como proposta pedagógica no ensino de ciências. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 16, n. 3, p. 577–588, 2021.

CHILDHOOD BRASIL. **Guia de Escuta Especializada: conceitos e procedimentos éticos e protocolares**. São Paulo, Brasília: Childhood Brasil, 2023.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CORRÊA, Avani Maria de Campos; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; OLIVEIRA, Anny Carolina de. O Grupo Focal na Pesquisa Qualitativa: princípios e fundamentos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 34–47, 2021. Disponível em: https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/41. Acesso em: 12 abr. 2024.

CORREIA, Maria Lygia Alexandre. **O Ensino de Ciências e o contexto atual de ataque à Educação Sexual: o que revelam os estudos apresentados no ENPEC e no ENEBIO**. 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.

CORREIA, Maria Lygia Alexandre; SILVA, Danley Greg Bezerra da; DINIZ, Bruna Larissa Ramalho. Educação Sexual e Educação Inclusiva: por uma formação docente mais científica e equitativa. *In*: BERTOLOZZI, Ana Cláudia *et al.* (org.). **Questões sobre Sexualidade e Educação Sexual: novos paradigmas e horizontes**. 1. ed. Bauru: Gradus Editora, 2021. p. 109–120.

CRESWELL, John W. **Research design : qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. [*S. l.*]: Sage Publications, 2003.

CUNHA, José Osvaldo Silva. **Tiras cômicas no ensino de ciências: uma proposta didática para a alfabetização científica de professores de ciências da educação básica**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37973. Acesso em: 3 jun. 2023.

CUNHA, Gabrielly Cristine Feio *et al.* Violência Sexual Infantil: a importância de incluir temas sociais na formação inicial docente. **Research, Society and Development**, [*s. l.*], v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38430. Acesso em: 6 jun. 2023.

DAMASCENO, Daniele Pelaes; BRITO, Angela Do Céu Ubaiara; SILVA, Nailze Pereira Da. Educar é prevenir: Práticas de ensino para prevenção primária da violência sexual na infância. **Ensino de Ciências e Humanidades**, v. 8, n. 1, p. 125–142, 2024.

DIOCESANO, Tiago Francisco Andrade; BERKENBROCK, Carla Diacui Medeiros. Infância Segura: um Jogo colaborativo para a prevenção da violência sexual infantil. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, v. 12, n. 1, p. 32–43, 2020.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; SILVA, Susy Ellen Pacheco da. Acompanhamento especializado de adolescentes em situações de violência sexual na cidade de Manaus. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, p. 511, 2020.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; TAVARES, Luana Ferreira; PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. Enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes pelo Legislativo no Amazonas. **Argumentum**, v. 8, n. 2, p. 84–103, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11666. Acesso em: 6 jun. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17° Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023-. ISSN 1983-7364. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

FRANÇA, Jaciara Boldrini. **O papel das redes sociais na subjetificação feminina e seus corpos: uma análise à luz das concepções de poder social de Foucault**. 2024. 141 f. Dissertação (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41455. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2024.

FREITAS, André Luis Castro de; FREITAS, Luciane Albernaz de Araujo. A Educação Libertadora em Paulo Freire: o exercício da socialização de fazeres e saberes. **Ideação**, v. 23, n. 2, p. 31–45, 2021. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/26209. Acesso em: 16 fev. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. v. 10. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 3, 2021.

GOMES, Anny Gabrielle Pedrosa; AVIZ, Adriana de. Um olhar socio-jurídico da exploração sexual sofrida pelas meninas balseiras na cidade de Melgaço, Ilha do Marajo, Estado do Pará,

2017. **FIBRA Lex**, v. 4, n. 6, p. 3–20, 2019. Disponível em: https://fibrapara.edu.br/periodicos/index.php/fibralex/article/view/111. Acesso em: 6 jun. 2023.

GONÇALVES, Vítor Eduardo Rios. **Direito Penal Esquematizado - Parte Especial**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.

HOMMERDING, Ana Paula Guaitaneli; PEREIRA, Elaine Alves; CALÇA, Luiza Martins. Percepção de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental sobre a atuação do psicólogo na Educação Sexual dentro do ambiente escolar. **Ideação**, v. 25, n. 1, p. 169–189, 2023.

IBGE. **PeNSE 2019: uma em cada cinco escolares sofreu violência sexual | Agência de Notícias**. 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31575-pense-2019-uma-em-cada-cinco-escolares-sofreu-violencia-sexual. Acesso em: 10 jun. 2023.

KAUFMAN, Dora; SANTAELLA, Lucia. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. **Revista FAMECOS**, v. 27, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/34074. Acesso em: 19 jan. 2024.

KRUGER, Karin Elizabeth; MOMESSO, Maria Regina. Jogar, aprender e ensinar sobre sexualidade com crianças deficientes intelectuais. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 12, 2023. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2602. Acesso em: 19 fev. 2024.

KRUL, Alexandre José *et al.* A Trilha da Proteção: diálogos e reflexões sobre gênero e violência sexual de crianças e adolescentes no Ensino de Ciências. **Escritos sobre la Biología y su Enseñanza**, p. 1347–1356, 2019.

KRUMPAL, Ivar. Determinants of social desirability bias in sensitive surveys: a literature review Ivar Krumpal. **Qual Quant**, v. 47, p. 2025–2047, 2013.

LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 9, n. 25, 2019. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1745. Acesso em: 18 dez. 2021.

LEWIS, Tyson. Utopia and Education in Critical Theory. **Policy Futures in Education**, v. 4, n. 1, p. 6–17, 2006.

LIMA, Lucas Vinícius de *et al.* Educação sexual com adolescentes no contexto familiar à luz da (anti)dialogicidade freireana. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/DGY96d5xYCRFxCYvr4b5LMg/?lang=pt. Acesso em: 15 jan. 2024.

LIMA, Natã Souza. **Relações de sangue e afinidade: violência sexual, família e parentesco na Amazônia**. 2022. 179 f. - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

LIMA, Lucineide Fagundes De *et al.* Sexualidade no âmbito escolar: ações lúdicas no processo de Educação Sexual. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista – ENCITEC** , v. 12, n. 3, p. 176–190, 2022. Disponível em: https://san.uri.br/revistas/index.php/encitec/article/view/745. Acesso em: 18 fev. 2024.

LOPES, Shayane França; LIMA, Nathalie Paes; SILVA, Danielle Lima. Formação de Professores como agentes na Prevenção do Abuso Sexual Infantil. **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6346. Acesso em: 19 fev. 2024.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividades lúdicas na prática educativa: compreensões conceituais e proposições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

LYRA, Ana Paula de Aquino Pereira; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Lugares Topofóbico: Violência Sexual Intrafamiliar. **Revista Presença Geográfica**, v. 5, n. 2, p. 79–95, 2018. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/4129. Acesso em: 6 jun. 2023.

MARCUSE, Herbert. Lecture on Higher Education and Politics, Berkeley, 1975. *In*: KELLNER, Douglas (org.). **Marcuse's Challenge to Education**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009. p. 39–44.

MARCUSE, Herbert. **Marxism, Revolution and Utopia: Collected Papers of Herbert Marcuse**. v. 6. Londres: Routledge, 2014.

MARCUSE, Herbert. **One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society**. 2. ed. Londres: Routledge, 2013.

MARCUSE, Herbert. **Towards a critical theory of society**. v. 2. Londres: Routledge, 2001.

MARGOTTI, Edficher; LIMA, Rocha Laise Hiromy de. Depressão em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na região Norte. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 11264–11276, 2020. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/15854. Acesso em: 18 mar. 2023.

MEYER, Fabricio. **Análise do jogo "trilha da proteção" como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil**. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150582. Acesso em: 3 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9–30.

MIRANDA, Jean Carlos; CAMPOS, Isabela do Couto. Educação Sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022.

Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732. Acesso em: 15 jan. 2024.

MODESTO, Adélia Pereira Dos Santos; SILVA, Katia Gomes De Oliveira; FUKUI, Regina Kikue. A Promoção da Ludicidade no Processo de Aprendizagem. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, n. 14, p. 59–69, 2020. Disponível em: https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1151. Acesso em: 18 fev. 2024.

MUNIZ, Clara Eduarda Nascimento *et al.* Impactos psicossociais associados aos fatores de risco e de proteção em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 10, 2023. Disponível em: https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1769. Acesso em: 10 ago. 2024.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 51–66.

OLIVEIRA, Nayara; PAPALI, Maria; AQUINO, Luiz. Evolução dos direitos da criança e do adolescente: uma retomada histórica. **HISTÓRIA UNICAP** , v. 9, n. 17, p. 8–21, 2022. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/2122. Acesso em: 13 abr. 2024.

RAMIREZ, Carla. **As Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra a mulher em Belém (PA): entre o desejo e o improviso**. 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

REBECCHI, Murilo. Jornal do Umuaraminha: fonte de análise histórica e lúdico-pedagógica. **Revista Scientia Alpha**, v. 2, n. 02, 2020. Disponível em: https://revista.alfaumuarama.edu.br/index.php/rsa/article/view/27. Acesso em: 3 jun. 2023.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza; COIMBRA, Susana Maria Gonçalves; LEME, Vanessa Barbosa Romeira. Violência sexual contra crianças e adolescentes: resiliência e protagonismo na Amazônia. **International Journal of Developmental and Educational Psychology. Revista INFAD de Psicología.**, v. 1, n. 2, p. 215–226, 2019.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1–17, 2020. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657. Acesso em: 13 jun. 2023.

SANCHES, Leide Da Conceição *et al.* Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1–13, 2019.

SANTOS, Roberto Vatan dos. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem. **Integração**, n. 40, p. 19–31, 2005.

SANTOS, Marconi de Jesus *et al.* Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. **Epidemiologia e servicos de saude : revista do Sistema Unico de Saude do Brasil**, v. 27, n. 2, p. e2017059, 2018.

SANTOS, Érika *et al.* Violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19: dados do ano de 2020 em um serviço de referência no Estado do Pará. **Residência Pediátrica**, v. 12, n. 1, p. 1–6, 2022.

SERPA, Monise Gomes; FELIPE, Jane. Pedofilização, violência sexual e o fascínio masculino sobre os corpos infanto-juvenis. **PESQUISA EM FOCO**, v. 28, n. 1, p. 116–140, 2023. Disponível em: https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/3302. Acesso em: 18 jan. 2024.

SGARBI, Catiana; MOTA, Rafael Silveira da. Ludicidade no Ensino Fundamental. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 3, n. 13, 2022.

SILVA, Alex Sander da; SANTOS, Karoline Cipriano dos. Educação libertadora contra a ignorância e a barbárie: notas do pensamento crítico de Paulo Freire. **EccoS – Revista Científica**, v. 61, n. 61, 2022. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/15794. Acesso em: 16 fev. 2024.

SILVA, Rosangela Trabuco Malvestio da; TORRES, Millena de Araujo. A construção histórica e social do sentimento de infância e sua relação com as políticas públicas brasileiras do século XX e XXI. **Revista Campo da História**, v. 7, n. 1, p. 137–152, 2022. Disponível em: https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/30. Acesso em: 13 abr. 2024.

SOUSA, Francisca Daniele de. **CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Os serviços de proteção social básica junto às violações de direitos contra crianças e adolescentes**. 2022. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: Acesso em: 3 jun. 2023.

THIENGO, Edmar Reis; RIBEIRO, Guilherme Augusto Maciel. **Discutindo Gênero e Sexualidade na Escola: um guia didático-pedagógico para professores**. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2019.

THIENGO, Reis Edmar; SILVA, Régisson Da. **Abuso Sexual Infantil: Guia de Orientação ao Professor**. Vitória: Editora Ifes, 2019.

TOGEIRO, Maria Clara. A fantasia em Marcuse como abertura emancipatória. **Das Questões**, v. 14, n. 1, 2022.

VIRGINIO, Alexandre Silva. A educação libertadora e o novo conservadorismo: a atualidade de Paulo Freire = The liberating education and the new conservatism: Paulo Freire's present. **Tendencias Pedagógicas**, v. 38, p. 6–20, 2021.

VOLPATO, Aline Franciely Cunha *et al.* Desenvolvimento da metodologia "Com meu corpo não se brinca", para identificação de abuso sexual nas escolas de Ponta Grossa. **Revista Foco**, [*s. l.*], v. 17, n. 3, 2024.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: Como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIAL DO CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CAMPUS VIII - MARABÁ - UEPA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ALTERNATIVA DE PREVENÇÃO E ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Pesquisador: GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79247324.1.0000.8607

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Pará - Campus VIII

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.873.367

Apresentação do Projeto:

O estado do Pará configura-se com um dos maiores índices de violação sexual contra menores no país e a capital, Belém, concentra maior número de casos, principalmente nas regiões periféricas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a escola deve exercer legalmente seu papel no combate a essa violência, no entanto, o assunto é pouco e nunca abordado em sala de aula. Por esse motivo, a presente pesquisa objetiva propor uma Sequência Didática (SD) como forma de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes em salas de aula de uma escola da rede básica de ensino localizada em um bairro periférico da cidade de Belém.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Propor uma Sequência Didática sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes em salas de aula de uma escola da rede básica
de ensino localizada em um bairro periférico da cidade de Belém.

Objetivo Secundário:

Propor estratégias educativas sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto amazônico e verificar suas limitações

Endereço: Avenida Hiléia, s/nº ¿ Agrópolis do Incra bloco 4 terreo
Bairro: AMAPA **CEP:** 68.502-100
UF: PA **Município:** MARABA
Telefone: (94)3312-2103 **E-mail:** cepmaraba@uepa.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CAMPUS VIII - MARABÁ - UEPA

Brochura Pesquisa	PROJETOCOMPLETO.pdf	12:06:25	CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMPLETO.docx	30/03/2024 17:57:59	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Brochura Pesquisa	PROJETOCOMPLETO.pdf	30/03/2024 17:57:43	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Outros	TCUD.pdf	30/03/2024 17:52:35	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMOCOMPROMISSOPB.pdf	30/03/2024 17:51:45	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Outros	ANUENCIAINSTITUICAO.pdf	30/03/2024 16:47:31	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	30/03/2024 16:46:06	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	30/03/2024 14:39:15	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMOCOMPROMISSOPA.pdf	30/03/2024 14:34:27	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Outros	INSTRUMENTODECOLETADEDADOS 2.pdf	30/03/2024 14:33:57	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Outros	INSTRUMENTODECOLETADEDADOS 1.pdf	30/03/2024 14:33:43	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	30/03/2024 14:32:25	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/03/2024 14:32:14	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	30/03/2024 14:31:37	GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Avenida Hiléia, s/nº ¿ Agrópolis do Incra bloco 4 terreo
Bairro: AMAPA **CEP:** 68.502-100
UF: PA **Município:** MARABA
Telefone: (94)3312-2103 **E-mail:** cepmaraba@uepa.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - CAMPUS VIII - MARABÁ - UEPA

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARABA, 07 de Junho de 2024

Assinado por:
Daniela Soares Leite
(Coordenador(a))

ANEXO B: TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ALTERNATIVA DE ABORDAGEM E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO, coordenada pela mestranda GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA, Passagem: São Lázaro, nº 89, Guamá, Belém/PA e orientada pela Profª. Drª. LUCIANA DE NAZARÉ FARIAS, (91) 98444-0549, Av. Galeão, 11c, Maracangalha, Belém/PA, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (PPGEECA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

As etapas da pesquisa são seguras, no entanto, em caso de desconforto de qualquer espécie, você pode procurar a pesquisadora responsável através do telefone (91) 98517-5480 disposto no início deste termo, ou pelo E-mail: *gabrielly.cunha@aluno.uepa.br*. Em caso de demais dúvidas, recursos ou reclamações em relação ao presente estudo, você ainda poderá contatar a Secretaria da Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, localizada nas dependências do bloco IV, no térreo, sala 01 da UEPA Campus Marabá - Avenida Hiléia s/nº – Agrópolis do Incra – Bairro Amapá, por meio do Fone (94) 3198-1886 ou por e-mail: *cepmaraba@uepa.br*, nos dias de segunda-feira a sexta-feira no horário das 7:30h às 13:30h.

Qual o objetivo deste estudo?

O objetivo desta pesquisa é promover estratégias educativas que possibilitem a proteção e o empoderamento do aluno frente a uma situação de violência sexual e a elaboração de um Produto Educacional (PE) como sugestão para professores, sendo um Guia de atividades didático-metodológicas para a abordagem do tema em aulas de ciências que visam colaborar no combate a essa problemática.

Com quem e onde a pesquisa será realizada?

A pesquisa será desenvolvida no bairro do Guamá, localizado no Município de Belém/PA. Os participantes envolvidos são alunos da turma de 8ºano da EEEFM Barão de Igarapé-Miri. As atividades serão realizadas durante as aulas de ciências no período da tarde em complemento ao conteúdo curricular programático, não trazendo prejuízos para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos no período de aula.

De que forma a pesquisa será realizada?

Acontecerá no formato de Sequência Didática em consonância com Zabala (1998) de forma transversal, envolvendo os campos do conhecimento de Ciências Naturais, alinhada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos eixos VIDA E EVOLUÇÃO, nos objetos do conhecimento Mecanismos reprodutivos e Sexualidade, pretende-se alcançar a seguinte habilidade:

• (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

O período para execução da Sequencias Didáticas se dará durante o primeiro semestre de 2024, no qual ocorrerá em três dias de aula de ciências, com 1 hora e 30 minutos de duração (45 minutos de hora aula/2 aulas), onde cada encontro será disposto da seguinte forma:

1° Encontro – Sexualidade e Partes Íntimas (Diagnose): objetivando identificar o entendimento dos alunos sobre partes íntimas, será realizado uma diagnose com aplicação de um questionário inicial semiestruturado de perguntas. Após isso será iniciada a discussão sobre limites corporais com a distribuição de um desenho esquemático do corpo humano e bolinhas adesivas nas cores vermelha, amarela e verde para que cada aluno delimite a partir das cores baseadas no semáforo, onde pode tocar no corpo. Finalizando com a apresentação dos curtas-metragens e minicurso sobre o que os limites do nosso corpo e a violência sexual.

2° Encontro – Sexualidade e Violência Sexual Infanto-Juvenil: visa iniciar uma roda de leitura interativa de HQs com alunos (voluntários) dando voz aos personagens. Entre cada história do Gibi será explicado sobre como aquela situação de violência sexual pode acontecer no dia a dia. Finalizando com a produção de tirinhas pelos alunos sobre o tema abordado, contando uma história ou sendo informativa.

3° Encontro – Sexualidade e Redes de Proteção: Propõe a utilização do jogo de tabuleiro "Trilha da Proteção" como forma de revisar todas as discussões anteriores e esquematizar as redes de proteção e denúncia. Após isso, será aplicado um questionário de *feedback* sobre o jogo e a abordagem da temática em sala de aula. A sequência didática será finalizada com a socialização das tirinhas criadas no formato de mural para que toda a turma possa visualizá-las em exposição.

O que será usado para desenvolver a pesquisa?

A coleta de dados ocorrerá a partir de três instrumentos: questionário semiestruturado misto, caixa de perguntas e produção de tirinhas pelos alunos. O modelo de questionário será utilizado em dois momentos da pesquisa: o primeiro como diagnose e o segundo como *feedback* final a aplicação do jogo. Por se tratar de uma temática delicada e que pode gerar constrangimento ao fazer perguntas abertamente, será utilizado o instrumento da caixa de perguntas, a fim de que os alunos se sintam mais a vontade de tirar suas dúvidas de forma anônima. Por fim, o último instrumento de coleta de dados é construção de tirinhas pelos participantes que narrem uma pequena história que envolva o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quais os riscos da pesquisa?

Quanto ao risco da perda de sigilo, cabe ressaltar, que apenas o pesquisador terá acesso aos dados coletados com a intenção de transcrever os momentos de intervenção da pesquisa, somente as transcrições que serão analisadas. Portanto, este será contornado com a manutenção das identidades dos participantes preservadas com total confidencialidade por parte do pesquisador.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Para o preenchimento desse termo de anuência, você será direcionado(a) a uma sala reservada e poderá fazê-lo separadamente aos

outros alunos. Garantindo que os outros participantes não acompanhem o seu processo, desde que você concorde em participar.

A pesquisadora buscará meios para diminuir os riscos dos participantes se sentirem desconfortáveis durante sua participação, enfatizando que eles terão autonomia no desenvolvimento das atividades propostas para expressar suas ideias ou opiniões.

Para riscos que envolvam qualquer mal-estar físico em decorrência da abordagem do tema, a coordenação da escola e os seus responsáveis serão avisados, para que você seja encaminhado a uma unidade de urgência e emergência. Todas as eventuais despesas causadas por esse possível mal-estar serão custeadas pela pesquisadora.

Se o mal-estar for psicológico ou você venha a se identificar com as situações tratadas durante a abordagem do tema, você será acolhido inicialmente pela pesquisadora e perguntado se aceita que os seus pais, bem como a coordenação da escola, sejam avisados. Além disso, durante o desenvolvimento das etapas, a pesquisadora estará acompanhada de uma neuropsicopedagoga, uma pedagoga e uma enfermeira que ajudarão em caso de necessidade de assistência primária.

Caso você aceite a comunicação, eles serão avisados e orientados sobre como conduzir seu caso posteriormente com ajuda de psicólogo. Sendo que toda as eventuais despesas causadas por esse mal-estar serão custeadas pela pesquisadora. Caso você não aceite, sua vontade será respeitada, pois a pesquisadora não possui autoridade para dar prosseguimento sem sua aceitação, visto que não é a professora titular da turma. Destaca-se que seu anonimato será garantido durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Quais os benefícios da pesquisa?

Os benefícios diretos aos participantes são centrados no empoderamento dos alunos frente a uma situação de violência sexual infanto-juvenil. Conhecendo o significado desse crime, quais as formas e situações na qual ele pode se apresentar, o participante terá maior possibilidade de agir em sua autoproteção, sabendo os meios de denúncia e apoio que estão a sua disposição. Além disso, pode trazer benefícios indiretos, pois esse empoderamento gera autoproteção e a proteção de outros. Ao saber os principais sintomas de quem é vítima, o participante pode perceber e fazer a denúncia de um caso o qual ele não está inserido.

Como será a divulgação da pesquisa?

Quando a pesquisa terminar, seus resultados serão divulgados sem identificar seu nome, pois será mantido em sigilo absoluto.

Posso deixar de participar da pesquisa?

Sim. Se você não quiser mais participar da pesquisa, você tem todo o direito, pode se recusar e sair a qualquer momento que nada vai acontecer e ninguém vai ficar chateado com você.

É preciso pagar para participar da pesquisa?

Não. Seus pais não precisam pagar nada para que você participe desta pesquisa. E você também não receberá nada para participar.

Se houver dúvida, como faço?

Se você tiver alguma dúvida, você pode nos perguntar. Escrevemos os telefones na parte de cima deste texto.

Seus pais permitiram que você participasse da pesquisa. Nós queremos saber o que você aprendeu por meio dos recursos didáticos na compreensão da Violência Sexual Infanto-Juvenil Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. As pessoas que irão participar desta pesquisa têm de (13) a (15) anos de idade. A pesquisa será feita na EEEFM Barão de Igarapé-Miri, nosso intuito é promover um ensino de ciências a partir da temática que envolve a Violência Sexual Infanto-Juvenil de forma acessível.

Caso aconteçam quaisquer situações adversas, você pode nos procurar pelo telefone que tem no começo do texto, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, porém sem identificar seu nome.

Eu_____
aceito participar da pesquisa SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ALTERNATIVA DE ABORDAGEM E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO. Entendi o que pode acontecer de ruim e bom. Entendi que posso dizer "sim" e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer "não". As pesquisadoras tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Belém/PA, ____ de _____, 2024

Assinatura do menor

Pesquisadoras:

Eliziana de Nazaré Farias
Docente UEPA
Matrícula: 55585637 - 3

Gabrielly Cristine Feio Cunha

ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: SEQUÊNCIA DIDÁTICA COMO ALTERNATIVA DE ABORDAGEM E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NAS AULAS DE CIÊNCIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO, coordenada pela mestranda GABRIELLY CRISTINE FEIO CUNHA, Passagem: São Lázaro, nº 89, Guamá, Belém/PA e orientada pela Profª. Drª. LUCIANA DE NAZARÉ FARIAS, (91) 98444-0549, Av. Galeão, 11c, Maracangalha, Belém/PA, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia (PPGEECA) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

As etapas da pesquisa são seguras, no entanto, em caso de desconforto de qualquer espécie, você pode procurar a pesquisadora responsável através do telefone (91) 98517-5480 disposto no início deste termo, ou pelo E-mail: *gabrielly.cunha@aluno.uepa.br*. Em caso de demais dúvidas, recursos ou reclamações em relação ao presente estudo, você ainda poderá contatar a Secretaria da Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, localizada nas dependências do bloco IV, no térreo, sala 01 da UEPA Campus Marabá - Avenida Hiléia s/nº – Agrópolis do Incra – Bairro Amapá, por meio do Fone (94) 3198-1886 ou por e-mail: *cepmaraba@uepa.br*, nos dias de segunda-feira a sexta-feira no horário das 7:30h às 13:30h.

O objetivo desta pesquisa é promover estratégias educativas que possibilitem a proteção e o empoderamento do aluno frente a uma situação de violência sexual e a elaboração de um Produto Educacional (PE) como sugestão para professores, sendo um Guia de atividades didático-metodológicas para a abordagem do tema em aulas de ciências que visam colaborar no combate a essa problemática.

A pesquisa será desenvolvida no bairro do Guamá, localizado no Município de Belém/PA. Os participantes envolvidos são alunos da turma de 8ºano da EEEFM Barão de Igarapé-Miri. As atividades serão realizadas durante as aulas de ciências no período da tarde em complemento ao conteúdo curricular programático, não trazendo prejuízos para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos no período de aula.

Acontecerá no formato de Sequência Didática em consonância com Zabala (1998) de forma transversal, envolvendo os campos do conhecimento de Ciências Naturais, alinhada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos eixos VIDA E EVOLUÇÃO, nos objetos do conhecimento Mecanismos reprodutivos e Sexualidade, pretende-se alcançar a seguinte habilidade:

- (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

O período para execução da Sequencias Didáticas se dará durante o primeiro semestre de 2024, no qual ocorrerá em três dias de aula de ciências, com 1 hora e 30 minutos de duração (45 minutos de hora aula/2 aulas), onde cada encontro será disposto da seguinte forma:

1° Encontro – Sexualidade e Partes Íntimas (Diagnose): objetivando identificar o entendimento dos alunos sobre partes íntimas, será realizado uma diagnose com aplicação de um questionário inicial semiestruturado de perguntas. Após isso será iniciada a discussão sobre limites corporais com a distribuição de um desenho esquemático do corpo humano e bolinhas adesivas nas cores vermelha, amarela e verde para que cada aluno delimite a partir das cores baseadas no semáforo, onde pode tocar no corpo. Finalizando com a apresentação dos curtas-metragens e minicurso sobre o que os limites do nosso corpo e a violência sexual.

2° Encontro – Sexualidade e Violência Sexual Infanto-Juvenil: visa iniciar uma roda de leitura interativa de HQs com alunos (voluntários) dando voz aos personagens. Entre cada história do Gibi será explicado sobre como aquela situação de violência sexual pode acontecer no dia a dia. Finalizando com a produção de tirinhas pelos alunos sobre o tema abordado, contando uma história ou sendo informativa.

3° Encontro – Sexualidade e Redes de Proteção: Propõe a utilização do jogo de tabuleiro "Trilha da Proteção" como forma de revisar todas as discussões anteriores e esquematizar as redes de proteção e denúncia. Após isso, será aplicado um questionário de *feedback* sobre o jogo e a abordagem da temática em sala de aula. A sequência didática será finalizada com a socialização das tirinhas criadas no formato de mural para que toda a turma possa visualizá-las em exposição.

Nessa perspectiva considera-se que o pesquisador também solicitará sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome e o dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa buscará minimizar os riscos dos participantes se sentirem desconfortáveis durante sua participação, visto que, os mesmos terão autonomia no desenvolvimento das atividades propostas para expressar suas ideias ou opiniões.

Os benefícios diretos aos participantes são centrados no empoderamento dos alunos frente a uma situação de violência sexual infanto-juvenil. Conhecendo o significado desse crime, quais as formas e situações na qual ele pode se apresentar, o participante terá maior possibilidade de agir em sua autoproteção, sabendo os meios de denúncia e apoio que estão a sua disposição. Além disso, pode trazer benefícios indiretos, pois esse empoderamento gera autoproteção e a proteção de outros. Ao saber os principais sintomas de quem é vítima, o participante pode perceber e fazer a denúncia de um caso o qual ele não está inserido.

A coleta de dados ocorrerá a partir de três instrumentos: questionário semiestruturado misto, caixa de perguntas e produção de tirinhas pelos alunos. O modelo de questionário será utilizado em dois momentos da pesquisa: o primeiro como diagnose e o segundo como *feedback* final a aplicação do jogo. Por se tratar de uma temática delicada e que pode gerar constrangimento ao fazer perguntas abertamente, será utilizado o instrumento da caixa de perguntas, a fim de que os alunos se sintam mais a vontade de tirar suas dúvidas de forma anônima. Por fim, o último instrumento de coleta de dados é construção de tirinhas pelos participantes que narrem uma pequena história que envolva o tema da violência sexual contra

crianças e adolescentes. Cabe ressaltar, que apenas as pesquisadoras terão acesso aos dados coletados com a intenção de utilizá-los como instrumentos de coleta de dados da pesquisa. Portanto, este será contornado com a manutenção das identidades dos participantes preservadas com total confidencialidade por parte das pesquisadoras.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, estando à total disposição para os esclarecimentos, deixando meios de contato no TCLE (termo de consentimento e esclarecimento) que receberá. Você é livre para recusar a participação do menor ao qual é responsável, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação na pesquisa é voluntária (sem compensação financeira), da mesma forma a participação no estudo não acarretará custos para você e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

As pesquisadoras irão tratar a sua identidade e a dos participantes com padrões profissionais de sigilo. Você e o menor de sua responsabilidade não serão identificados(as) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Seu nome ou o material que indique a sua participação, assim como será para os participantes, não será liberado sem a sua permissão. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do estado do Pará, e outra será fornecida a você. Caso aconteçam quaisquer situações adversas, você pode nos procurar pelo telefone que tem no começo do texto.

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O pesquisador certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamar os pesquisadores responsáveis. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Belém/PA, ____ de _____, 2024

Assinatura do participante

Pesquisadoras:

Tatiana de Nazaré Farias
Docente UEPA
Matrícula: 55585637 - 3

Gabrielly Cristine Feio Cunha

APÊNDICES

APÊNDICE A: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS INICIAL

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA (PPGEECA)	

1. Você já ouviu falar de Violência Sexual contra crianças e adolescentes?

a) Caso a sua resposta anterior foi “sim”, o que você sabe a respeito dessa violência?

b) Se a sua resposta foi “não”, você consegue imaginar o que pode ser essa violência? Se sim, comente o que acha.

2. Em algum momento da sua vida, você já recebeu orientação para se proteger de pessoas e situações que possam fazer te fazer mal? Se sim, como foi e quem orientou?

3. Para você, o que pode ser feito como forma de orientações contra a Violência Sexual Infanto-Juvenil?

APÊNDICE B: INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS FINAL

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA (PPGEECA)	

1. O que você entende por Violência Sexual contra crianças e adolescentes?

2. Quais os cuidados que você deve ter para se proteger dessa violência?

3. Onde você pode pedir ajuda caso passe por alguma situação de violência ou tentativa de violência sexual?

4. O que você achou dos recursos que utilizamos para abordar o tema?

5. Após os nossos encontros, relate os pontos positivos e negativos. Você tem sugestões para melhorar?

